

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XI, nº 45 – SETEMBRO / 2014

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



Tempo, tempo, tempo...

Neste número:

**Acabou a espera pelo minério
do Açú**
Página 2

**Royalties do petróleo: em
compasso de espera**
Página 2

**O Novo Sistema de Partilha dos
Royalties do Petróleo: avaliando o
debate na mídia**
Página 4

**Trabalho e desenvolvimento
no norte fluminense: para
onde vamos?**
Página 8

**Assimetrias e desigualdades
nos impactos do Complexo
Petroliífero do Norte
Fluminense: os casos de
Campos dos Goytacazes e
Macaé.**
Página 10

**Planejamento e estratégia
socioeconômica para o estado
do Rio de Janeiro**
Página 16

■ ANÁLISE ■

Acabou a espera pelo minério no Açu

Dia 24 de agosto de 2014 marca “a chegada segura ao Porto do Açu, no Rio de Janeiro, da primeira polpa de minério bombeada por meio do mineroduto de 529 km e provenientes da mina e da planta de beneficiamento, em Minas Gerais”¹ AngloAmerican – empresa responsável pelo Projeto Minas-Rio.

Tem-se, assim, o início de um novo projeto de exportação de minério, com ponto de partida na região de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, cidades mineiras onde estão localizadas as lavras, e destino final a China, principal comprador do minério extraído.

No meio do caminho ficam várias questões, inquietações e desafios. Há impactos sociais e ambientais significativos relacionados à atividade mineradora em Conceição do Mato Dentro,

especialmente “na Serra do Espinhaço, reserva da biosfera da Unesco, na bacia hidrográfica da região e também em comunidades tradicionais” (NEHER, 2014).

Ao longo de todo o trecho de mais de 500km do mineroduto restarão, até a recuperação das áreas, os impactos ambientais inerentes à implantação do Projeto (terraplanagem, remoção de cobertura vegetal, entre outras atividades) que atravessa 32 municípios em áreas de vulnerabilidade ambiental, paisagens notáveis, entre outros atributos naturais que foram impactados pelo projeto²

As perspectivas positivas, conforme alerta José Luis Viana da Cruz (BUCKER, 2014), pairam sobre as expectativas em relação às empresas que serão atraídas pelo complexo

logístico e industrial que está associado ao Porto do Açu. Contudo, para que haja um efetivo efeito multiplicador para a região, o planejamento de médio e longo prazos é fundamental para dinamização da economia do Norte Fluminense.

Se os benefícios econômicos estão próximos, para que se possa vislumbrar algum equilíbrio socioambiental na conta da implantação desse grande projeto explorador-exportador ainda é intangível e só com o tempo, se bem ‘utilizado’ pelo Poder Público, será possível dimensionar os resultados do novo projeto de mineração. Espera-se, assim, que não se repita a história e, no século XXI, possamos deixar uma herança positiva, em termos econômicos, ambientais e sociais, para as futuras gerações.

NOTAS

- 1- DISPONÍVEL EM: <[HTTP://BIT.LY/1mbuX2N](http://bit.ly/1mbuX2N)>. ACESSO EM: 15 SET. 2014.
2. PARA DETALHES: BARCELOS, E. (COORD.). O PROJETO MINAS RIO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: OLHARES DESDE A PERSPECTIVA DOS ATINGIDOS. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://BIT.LY/1qW4MNN](http://bit.ly/1qW4MNN)>

Referências:

BUCKER, L. Minas-Rio prevê exportação em 2014, mas Ibama ainda avalia licenças. O Globo, 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://glo.bo/1w0AHN9>>. Acesso em: 16 set. 2014.

NEHER, C. Criticado por ambientalistas, mineroduto Minas-Rio está prestes a funcionar. Carta Capital, 04 ago. 2014. Meio Ambiente. Disponível em: <<http://bit.ly/Xd7Pou>>. Acesso em: 15 set. 2014.

■ ANÁLISE ■

Royalties do petróleo: em compasso de espera

As discussões sobre uma revisão nos critérios de distribuição dos royalties do petróleo vem ganhando peso desde o início dos anos 2000¹. Nesse período, o Boletim Petróleo, Royalties e Região se manteve atuante na divulgação dos argumentos contrários e favoráveis, além de acompanhar as propostas legislativas que os sustentavam.

Quando o aparente fim da questão se aproximou na esfera política, iniciou-se, em março de 2013, a análise jurídica das novas regras estabelecidas. Os primeiros a ingressarem no Supremo Tribunal Federal (STF) arguindo a inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 12.734/2012 que definiram o novo modelo de distribuição dos royalties petrolíferos, fo-

O BOLETIM, MANTENDO SUA TRADIÇÃO DE PREOCUPAÇÃO COM A DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES, DESTACA PARA OS LEITORES A PÁGINA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ONDE PODE SER ENCONTRADO O ANDAMENTO PROCESSUAL DA ADI 4917, BEM COMO CONSULTAR AS PEÇAS ELETRÔNICAS QUE FAZEM PARTE DO PROCESSO:

[HTTP://WWW.STF.JUS.BR/PORTAL/PROCESSO/VERPROCESSOANDAMENTO.](http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4379376)

[ASP?INCIDENTE=4379376](http://www.stf.jus.br/portal/processo/verprocessoandamento.asp?incidente=4379376)

OU

[HTTP://BIT.LY/1QLWRGV](http://bit.ly/1QLWRGV)

ram Rio de Janeiro, por meio do Governo do Estado e da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, São Paulo e Espírito Santo, por meio do Governo do Estado.

A Lei 12.734/2012, chamada

de Lei dos Royalties, tem sua origem em 2011 com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/2011. A Lei dos Royalties contém a modificação de dispositivos das Leis 9.478/1997 e 12.351/2010 e, assim, define

as novas regras de distribuição entre os entes da Federação.

Contudo, todo o trâmite legislativo não foi suficiente para a promulgação de uma norma consensual. O objeto, que envolve a saúde financeira dos

entes até então privilegiados pelo determinismo físico da legislação petrolífera, requeria atenção e cuidados especiais para o bom termo do debate.

Admitir que a discussão jurídica era inevitável diante desse contexto é reconhecer o insucesso do debate político na definição dos objetivos e diretrizes para o desenvolvimento da nação.

De qualquer forma, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.917 impetrada em 15 de março de 2013 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro conta, em agosto de 2014, com quinze *amicus curiae* (Amigo da Corte), partes interessadas na causa:

1. Estado do Rio Grande do Sul
2. Estado da Paraíba
3. Estado de Alagoas
4. Confederação Nacional de Municípios - CNM
5. Associação dos Municípios Excluídos do Rol dos Recebedores de Royalties do Petróleo e Gás – Amroy
6. Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, Estado do Rio de

Janeiro – Ompetro

7. Estado de Mato Grosso do Sul
8. Estado de Goiás
9. Associação Brasileira dos Municípios com Terminais Marítimos, Fluviais e Terrestres de Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural – Abramt

10. Ordem dos Advogados Do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro

11. Associação dos Municípios Produtores de Gás Natural, Petróleo, Possuidores de Gasodutos, Oleodutos, Áreas de Tancagem, Estação de Bombeamento e Zona de Influência da Bacia de Santos – Amprogás

12. Estado da Bahia
13. Estado do Paraná
14. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
15. Associação dos Municípios Sede de Pontos de Entrega e/ou Recebimento de Gás Natural - Ampegas

Por seu turno, as ADI 4916, impetrada pelo Estado do Espírito Santo, 4918, da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e 4920, do Estado de São Paulo, contam com os mesmos ami-

cus *curiae*, a saber:

1. Estado do Rio Grande do Sul
2. Estado da Paraíba
3. Estado da Bahia
4. CNM
5. Abramt
6. Amprogás

A posição do STF mantém em compasso de espera não apenas as partes interessadas, que demonstram a relevância nacional do debate, mas todos os entes federativos, a população em geral, sem mencionar as gerações futuras, que contam com o bom senso do presente na divisão e aplicação desses recursos.

Repete-se, contudo, o momento de 2010, quando o então Presidente Lula “ponderou com os partidos políticos que não seria importante discutir este ano a distribuição dos royalties por se tratar de um ano eleitoral” (NÓRCIO, 2010).

Quando o STF proferir sua decisão talvez surjam aqueles que se sentirão vitoriosos, enquanto outros discutirão a injustiça de uma dita derrota. Seja qual for o resultado, o Boletim seguirá acompanhando,

promovendo e divulgando o debate, as pesquisas, críticas e opiniões sobre a aplicação dos royalties em todo o país.

Isso porque, não há que se falar em vitória ou derrota quando do Estado democrático se exige a integração e interação de todos os seus entes em prol de um objetivo maior; quando se definem os critérios que devem contribuir para o desenvolvimento do país como um todo; quando se distribuem recursos que devem gerar benefícios de longo prazo, visando a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações de brasileiros.

Referências:

NÓRCIO, L. Lula diz que seria melhor esperar as eleições para discutir sobre partilha dos royalties do pré-sal. Agência Brasil, 12 mar. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-03-12/lula-diz-que-seria-melhor-esperar-eleicoes-para-discutir-sobre-partilha-dos-royalties-do-pre-sal>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

Rosélia Piquet
José Luiz Vianna da Cruz
Rodrigo Machado Vilani
(orgs.)

O desafio da abundância

10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região

O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA - 10 ANOS DO BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO

ROSÉLIA PIQUET, JOSÉ LUIZ VIANNA,
RODRIGO MACHADO VILANI

O setor de petróleo e gás representa hoje uma nova fronteira em expansão da economia brasileira graças às descobertas de jazidas localizadas nas camadas do pré-sal, que colocam o país em novo patamar no cenário mundial do produto. As mudanças no marco regulatório daí decorrentes manterão a atualidade da temática tratada no Boletim Petróleo, Royalties e Região, abrindo novas perspectivas no debate sobre o tema.

Esta reunião das matérias dos primeiros anos do Boletim em registro mais perene, assumindo o formato de livro, garantirá o registro histórico desse importante ângulo do desenvolvimento nacional.

www.garamond.com.br

ARTIGO

O Novo Sistema de Partilha dos Royalties do Petróleo: avaliando o debate na mídia

RESUMO: A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE RATEIO DAS RECEITAS ORIUNDAS DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO (ROYALTIES + PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS) VEM MOBILIZANDO A AGENDA MIDIÁTICA, DESDE O ANO DE 2010, COM DISCUSSÕES ACALORADAS NO CENÁRIO POLÍTICO. OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO NACIONAIS E LOCAIS PASSARAM A REPRODUZIR O DESDOBRAMENTO DOS ACONTECIMENTOS COM UMA MAIOR ÊNFASE, PRINCIPALMENTE, A PARTIR DO FINAL DO ANO DE 2012 E INÍCIO DE 2013, QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA NOVA LEI DOS ROYALTIES, AINDA EM ANÁLISE DE SUA CONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, IRÁ SOFRER AS MAIORES PERDAS, DE ACORDO COM AS NOVAS REGRAS DE RATEIO, VISTO SER O MAIOR BENEFICIÁRIO DESSAS RENDAS. É OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO ABORDAR O CONTEXTO HISTÓRICO NO QUAL SE INSERE ESSA DISCUSSÃO, COM ANÁLISES TEÓRICAS SOBRE (I) AS REGRAS DE RATEIO DOS ROYALTIES; (II) A APLICAÇÃO DESSOS RECURSOS; (III) A CONSTRUÇÃO DA AGENDA MIDIÁTICA E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA. O INSTRUMENTAL TEÓRICO, NO QUE SE REFERE AO PETRÓLEO/ROYALTIES, ENCONTRA-SE NOS ESTUDOS, DENTRE OUTROS, DE RODRIGO SERRA (2003; 2006; 2007 E 2010) E ROSÉLIA PIQUET (2003; 2010; 2011 E 2012). SOBRE A MÍDIA, O EMBASAMENTO ESTÁ, DENTRE OUTROS, NAS PESQUISAS DE MARIA DO ROSÁRIO GREGOLIN (2007) E JORGE PEDRO SOUZA (2008).

PALAVRAS-CHAVE: ROYALTIES. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. NOTÍCIA. CAMPOS DOS GOYTACAZES.

ABSTRACT: THE PROPOSAL FOR CHANGE THE RULES FOR DISTRIBUTION OF THE REVENUES FROM THE EXPLOITATION OF OIL (ROYALTIES + SPECIAL SHARE) HAS BEEN MOBILIZING THE MEDIA AGENDA, SINCE 2010, WITH DISCUSSIONS CONCERNING THE THEME ON THE POLITICAL SCENE. THE NATIONAL AND LOCAL MEDIA BEGAN TO REPRODUCE THE UNFOLDING OF THE EVENTS WITH GREATER EMPHASIS, MAINLY, FROM THE END OF 2012 AND EARLY 2013, WHEN OF THE PROMULGATION OF THE NEW LAW OF ROYALTIES, STILL UNDER REVIEW OF ITS CONSTITUTIONALITY BY THE SUPREME COURT. THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, IN RIO DE JANEIRO STATE, WILL SUFFER THE GREATEST LOSSES, ACCORDING TO THE NEW RULES OF DISTRIBUTION, SINCE IS THE MAIN BENEFICIARY OF THESE REVENUES. THE AIM OF THIS STUDY IS TO APPROACH THE HISTORICAL CONTEXT IN WHICH THIS DISCUSSION FITS, WITH THEORETICAL ANALYZES OF (I) THE RULES FOR DISTRIBUTION OF ROYALTIES; (II) THE APPLICATION OF THOSE RESOURCES; (III) THE CONSTRUCTION OF THE MEDIA AGENDA AND THE INFLUENCE OF THE MEDIA IN SHAPING PUBLIC OPINION. THE THEORETICAL TOOL, WITH REGARD TO OIL / ROYALTIES, IS IN STUDIES OF RODRIGO SERRA (2003, 2006, 2007 AND 2010) AND ROSÉLIA PIQUET (2003, 2010, 2011 AND 2012), AMONG OTHERS. CONCERNING THE MEDIA, THE BASIS IS IN THE RESEARCHES, AMONG OTHERS, OF MARIA DO ROSÁRIO GREGOLIN (2007); AND JORGE PEDRO SOUZA (2008).

KEYWORDS: ROYALTIES. INFORMATION AND COMMUNICATION. NEWS. CAMPOS DOS GOYTACAZES.

FERDINANDA FERNANDES MAIA, JORNALISTA NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). MESTRANDA DO CURSO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES/CAMPOS-RJ.

DENISE CUNHA TAVARES TERRA, ECONOMISTA COM MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA PELO IUPERJ E DOUTORADO EM GEOGRAFIA PELA UFRJ. PROFESSORA ASSOCIADA DA UENF E PROFESSORA COLABORADORA/PESQUISADORA DO CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES/CAMPOS-RJ.

LUDMILA GONÇALVES DA MATTA, DOUTORA EM SOCIOLOGIA POLÍTICA-PROFESSORA/PESQUISADORA DO CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES/CAMPOS-RJ.

Em 1974, a Petrobras escolheu a cidade de Macaé, no Norte Fluminense, para a instalação de sua base de exploração do recém-descoberto petróleo na Bacia de Campos. Era o início de um novo ciclo

econômico regional, não só para o Norte Fluminense como também para as Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro, “baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da exploração petrolífera” (PIQUET, 2003, p. 223). A indústria do petróleo promoveu mudanças econômicas, culturais e sociais nos municípios das regiões confrontantes com a Bacia de Campos, maior reduto petrolífero do País, que produz cerca de 82% do petróleo brasileiro (ANP, 2013). Beneficiados pelo pagamento dos royalties, de acordo com critérios geográficos definidos pelas Leis 7.453/85 e 7.525/86, esses municípios foram favorecidos com o incremento das receitas petrolíferas a partir de mudanças trazidas pela Lei 9.478/97 - Lei do Petróleo -, que, dentre outros motivos, “trouxo a possibilidade de se outorgar à iniciativa privada, mediante concessão ou autorização, as atividades de pesquisa, exploração, benefi-

ciamento, transporte e comercialização do petróleo e gás natural” (SERRA, 2003, p.03). Isso significa maiores investimentos no setor e aumento na produção. A Lei do Petróleo também criou as participações especiais incidentes sobre campos de grande produção ou grande rentabilidade e ampliou a alíquota de pagamento dos royalties de, no mínimo, 5% para até 10%, “contudo, para os campos petrolíferos das bacias de Campos e de Santos, pode-se dizer que a alíquota padrão é de 10%” (SERRA, 2010, p.51). Outra modificação foi a referência dos preços do barril de petróleo, que passou a acompanhar a cotação internacional. Era uma nova era que se iniciava para essas regiões.

(...) a inserção num contexto milionário, proporcionado pelo recebimento de elevadas somas advindas dos pagamentos de royalties e participações especiais (PIQUET, 2010, p. 79).

A Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo) estabeleceu em 10% a

alíquota básica dos royalties, prevendo duas diferentes parcelas:

- manteve os critérios de distribuição dos royalties de 5% (Lei 7.990/89); o confrontamento dos estados e municípios se dá com o poço produtor;

- criou uma forma diferenciada de distribuição para os royalties excedentes a 5%, que foram direcionados aos entes produtores confrontantes e afetados pelas operações de embarque e desembarque, e para a União - Ministério da Marinha e Ciência e Tecnologia – para promover atividades de pesquisa e desenvolvimento, fiscalização e proteção do meio ambiente; o confrontamento dos estados e municípios se dá com o campo produtor.

A Lei do Petróleo (Lei n.º 9.478/1997) criou também:

- as participações especiais incidentes sobre campos de grande produção ou grande rentabilidade - aplicável à lavra em terra e no mar – e que,

diferentemente da base de cálculo dos royalties (receita bruta e periodicidade mensal), incidem trimestralmente sobre o lucro do campo;

- o bônus de assinatura, que é um pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, pago na assinatura do contrato;

- o pagamento pela ocupação ou retenção de área fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, a ser pago anualmente, podendo ser aumentado pela ANP no caso de prorrogação do prazo de exploração

Dos 10 maiores beneficiários do País, seis municípios estão localizados no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas, sendo eles: Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, São João da Barra e Casimiro de Abreu (Confederação Nacional dos Municípios, 2013). Entretanto, Campos dos Goytacazes recebe em royalties e participações especiais 40% a mais que, por exemplo, o segundo colocado, Macaé. A tabela 1 mostra os valores pagos em 2012. De acordo com Piquet (2012), não há dúvidas em relação às mudanças trazidas pela indústria do petróleo em se tratando do volume do Produto Interno Bruto (PIB), da oferta de trabalho, e da instalação de empresas ou indústrias. Contudo, apesar de disporem de orçamentos significativamente acima da média de município de médio porte do País, esses municípios possuem como desafio a capacidade (ou não) de utilizar essas rendas de forma a diversificar a atividade produtiva.

As impropriedades das regras de rateio

Diversos autores têm se dedicado a discutir e analisar as propriedades e impropriedades das regras de rateio dos

royalties e participações especiais, receitas incrementadas pela Lei do Petróleo de 1997 que, conforme afirma Piquet (2012, p.147), “inundou” os municípios denominados “produtores de petróleo” com o pagamento de participações governamentais (royalties e participações especiais). As regras de rateio são criticadas por alguns autores como critérios de partilha distorcidos, que valorizam mais o determinismo físico do que os efetivos impactos territoriais, e que levam ao sobrefinanciamento de um grupo restrito de municípios, promovendo um quadro de elevada concentração espacial das receitas em regiões que não necessariamente são as mais afetadas pelos impactos negativos da indústria petrolífera (SERRA, TERRA, PONTES, 2006). Tal é o volume dessas rendas que esses municípios ficaram conhecidos como “emirados” e seus gestores locais como “sheiks”.

Com tantas contradições e um alto volume de recursos, não é motivo de estranheza que existam propostas legislativas para alteração das regras de rateio desde 1999, conforme apresentam Serra, Terra e Pontes (2006). A principal objeção tratada nestes projetos de lei é a concentração das rendas. Grande parte destes projetos de lei defende que as receitas deveriam ser pulverizadas espacialmente. Em contrapartida, existem aqueles que também propõem que as regras sejam mantidas, levantando o argumento da compensação pelos danos causados pela atividade petrolífera (danos ambientais, adensamento populacional, infraestrutura).

Propostas de mudanças: marco regulatório e sistema de partilha

Em 2007, a Petrobras anun-

Tabela 1 - Os 10 municípios mais beneficiados com o pagamento de Royalties e Participações Especiais em 2012

Município	Valor Recebido
Campos dos Goytacazes/RJ	R\$ 1.381.640.537
Macaé/RJ	R\$ 566.350.926
Rio das Ostras/RJ	R\$ 355.594.736
Cabo Frio/RJ	R\$ 336.521.622
Presidente Kennedy/ES	R\$ 264.013.121
São João da Barra/RJ	R\$ 229.412.571
Rio de Janeiro/RJ	R\$ 224.963.603
Itapemirim/ES	R\$ 173.549.937
Casimiro de Abreu/RJ	R\$ 129.248.911
Maricá/RJ	R\$ 123.037.943
Niterói/RJ	R\$ 121.665.921

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios.

ciou a existência de petróleo na camada pré-sal com potencial de elevar em até 40% a extração de petróleo do País. A descoberta levou o Governo Federal Brasileiro a elaborar uma proposta com o objetivo de instituir um novo marco regulatório para o setor, enviado ao Congresso Nacional em 2009.

O governo estima que, no próximo decênio (2010-2020), a produção nacional de petróleo e gás natural seja duplicada, e que, já entre 2017 e 2018, a produção, só na área do pré-sal, seja equivalente à atual produção total do Brasil, de cerca de dois milhões de barris diários de petróleo (NAZARETH; SALLES; QUINTANILHA, 2011, p. 179).

Conforme explicam Nazareth, Salles e Quintanilha (2011), o modelo de partilha – ao contrário do regime de concessão previsto pela Lei nº 9.478/97 – foi proposto, visto que os riscos exploratórios eram considerados baixos e de alta rentabilidade e que havia o objetivo de aumentar o controle e a participação da União nos empreendimentos, assim como a parcela de receitas. A proposta do governo consistia

em quatro projetos de lei: o modelo de partilha da produção; a criação do Petro-Sal; a criação do Fundo Social e a Capitalização da Petrobras, todos aprovados no Congresso Nacional, em 2010, dando origem a três leis diferentes, entre elas, a Lei nº 12.351, que dispõe, principalmente, sobre a exploração e a produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção em áreas do pré-sal (NAZARETH; SALLES; QUINTANILHA, 2011). Entretanto, a questão mais polêmica sobre as regras de distribuição das compensações financeiras foi protelada.

O governo defendia que a compensação financeira fosse abordada oportunamente, por meio de proposição legislativa específica (...) até que fossem estabelecidas novas regras pertinentes à matéria, propunha-se a aplicação da atual distribuição dos royalties e da participação especial estabelecida na Lei nº 9.478/97 aos novos contratos sob o regime de partilha (NAZARETH; SALLES; QUINTANILHA, 2011, p. 191).

Contudo, a Câmara dos Deputados incorporou ao projeto de lei a famosa Emenda Ibsen

que alterava as regras de rateio dos atuais e futuros contratos, emenda vetada pelo então Presidente Lula, que apresentou à Câmara dos Deputados, no final do seu mandato, em 2010, o Projeto de Lei nº 8.051/10, dispondo sobre os royalties devidos em função da produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção. As discussões, então, passaram a tomar conta do cenário político e midiático. De um lado, os estados e municípios produtores defendiam os seus direitos, do outro, estados e municípios não produtores também requeriam uma parcela dos recursos. Em março de 2013, a nova Lei dos Royalties (Lei nº 12.734/12), que altera as regras de distribuição dos royalties, diminuindo drasticamente o percentual atribuído aos atuais municípios beneficiários, foi publicada no Diário Oficial da União, mas a polêmica está bem distante do fim. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal, Ações Diretas de Inconstitucionalidade, questionando o novo dispositivo legal. No dia 18 de março de 2013, as novas regras foram suspensas por liminar do STF.

Construção da Agenda: mídia, política e sociedade

O fazer jornalístico envolve uma rotina de produção, constituída por planejamento, sistematização, como, entre outros aspectos, o horário de fechamento do jornal, a escolha das fontes e, ainda, os valores-notícia, que definem quais acontecimentos, entre tantos outros, merecem especial atenção. São valores como atualidade, proximidade e abrangência. Marcondes Filho (1989, p. 13, apud MONTEIRO, 2006, p. 144) diz que a notícia “é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de

poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica”. Vale ressaltar que, se por um lado a mídia é uma ferramenta de dominação e legitimação do poder, também possibilita o acesso às informações, denuncia falhas do governo, promove a ampliação dos debates e, acima de tudo, é um instrumento de democracia.

A mídia, então, funcionaria como um mediador público, em um jogo de interesses de diferentes grupos de influência. Para entrar na Agenda da Mídia, o tema (ou problema) foi anteriormente percebido e entendido como relevante por um determinado grupo de interesse, seja pela comunidade política (que constrói a Agenda Política), seja pelos grupos sociais, seja pelos próprios jornalistas. Nessas três esferas: mídia, política e sociedade, a influência ocorre mutuamente na definição daquilo que merece visibilidade.

Durante todo o período de discussão sobre as alterações das regras de rateio das receitas provenientes do petróleo, iniciadas em 2010, mas com grande destaque no final do ano de 2012 e início de 2013, quando da promulgação da nova Lei dos Royalties – em análise no Supremo Tribunal Federal –, tal debate, que atinge a sociedade como um todo mas muito mais os cofres públicos dos governos municipais e estaduais – conforme visto anteriormente essas receitas pouco retornam para a população – foi colocado pela mídia, em geral, como uma batalha, sem aprofundar as grandes questões apontadas pelos pesquisadores do assunto. Pouco se discutiu sobre a eficiência da utilização desses recursos; ao contrário, os discursos foram concentrados em quem tem direito e quanto é esse direito. Um tema de

abrangência, com impactos de grandes proporções, entrou para a agenda midiática através da influência da comunidade política, contudo, foi resumido a uma guerra: de um lado os estados produtores e do outro os não produtores.

De acordo com Costa (2013), o noticiário produzido nos últimos dois anos mostrou uma atuação desigual da mídia na cobertura do tema, um padrão que se manteve até a promulgação da nova lei: jornais do estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro como O Globo, por exemplo, defenderam ativamente a manutenção das atuais regras de rateio, enquanto Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo realizaram uma cobertura mais amena. Para ilustrar essa atuação, seguem-se alguns títulos de manchetes de jornais:

- A Gazeta-ES: “Mudança na divisão da verba do petróleo é ilegal” (DINIZ, 2010, p. 03);
- O Dia-RJ: “O petróleo é nosso! Mas querem meter a mão na grana do Rio...” (DINIZ, 2010, p. 03);
- O Globo: “Perda de royalties pelo Rio terá impacto negativo em Jogos” (Globo.com, 2010).

Em uma perspectiva mais local, no estado do Rio de Janeiro, que sofrerá o maior impacto da perda, o governo e a mídia reagiram veementemente no sentido de mobilizar a população. O discurso político reproduzido nos jornais locais e regionais primou pelo foco na perda das receitas e suas consequências, produzindo um discurso de ameaça: sem royalties não se realizam obras de bairro, de casas populares, demitem-se os terceirizados, a saúde fica sem verba, entre outros exemplos. As manchetes dos principais jornais de Campos dos Goytacazes representam a opção por uma cobertura jornalística

parcial:

- O Diário: “Golpe dos royalties”; “Massacre ao ES e RJ” (março/2013);
- Folha da Manhã: “Garfada nos royalties”; “sem royalties, governo diz que é Campos sem tudo” (março/2013).

O jornalista Alberto Dines (2012 apud DINIZ, 2012) aponta a responsabilidade da imprensa local no sentido de que ela, sim, é capaz de compreender os anseios da comunidade na qual atua, suas mazelas e necessidades; dessa forma, precisa ser livre e independente.

Entende-se que a atuação bairrista dos veículos de comunicação faz com que o debate fique comprometido, porque a mídia exerce uma centralidade na vida em sociedade, contribui para a formação de opiniões e influencia sobre como agir e pensar. Nesse sentido, ao assumir uma posição unilateral, deixa de oferecer à população opiniões equilibradas e diferentes sobre o mesmo fato, quando deveria responsabilizar-se, de acordo com diversos pesquisadores da área, por um papel mais analítico e investigador, principalmente, frente às mudanças trazidas pelas novas tecnologias de comunicação.

Considerações finais

Ante o exposto, fundamenta-se a preocupação do presente trabalho em torno do fato de que, devido à característica intrínseca dos meios de comunicação de produzir efeitos sobre a sociedade, é importante compreender o tipo de mensagem enviada para o público no contexto da proposta de um novo sistema de partilha dos royalties do petróleo no Congresso Nacional. Entende-se que a mudança das regras do sistema de partilha traduz-se em um momento oportuno para promover uma discussão de qualidade sobre o recebi-

mento das receitas provenientes do petróleo e, principalmente, sua eficiente aplicação. Como veículo de informação, cabe à mídia contribuir com esse debate de forma ampla e rica em reflexões e análises, que não reforcem apenas uma divisão entre estados produtores e não produtores. Pois, conforme apresenta Gregolin (2007), todos os dias, nas páginas dos jornais, a mídia constrói os acontecimentos que no futuro serão um elo entre o passado e o presente, em uma representação da história da sociedade.

Referências Bibliográficas

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Anuário Estatístico 2013. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

ANP. Agência Nacional do Petróleo. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural/Julho 2013 – Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Setembro de 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <[\[agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-15/que-muda-na-distribuicao-dos-royalties-entre-estados-e-municipios\]\(http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-15/que-muda-na-distribuicao-dos-royalties-entre-estados-e-municipios\)>. Acesso em: 20 jul. 2013.](http://</p>
</div>
<div data-bbox=)

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. A importância da nova lei de redistribuição dos royalties de petróleo - Discussões STF. Estudos Técnicos, v. 5, 2013. Disponível em: <www.cnm.org.br>. Acesso em: 17 ago. 2013.

COSTA, Luciano Martins. A guerra dos royalties. Observatório da Imprensa, n. 736, 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DINIZ, Lilia. Os caminhos da pequena imprensa independente. Observatório da Imprensa, n. 692, 2012. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DINIZ, Lilia. A mídia na polêmica do pré-sal. Observatório da Imprensa, n. 582, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Mídia: a (re)produção de identidades. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GUTMAN, José; LEITE, Getúlio. Aspectos legais da distribuição regional dos royalties. In: PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

INFOROYALTIES. Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

LEAL, José. SERRA, Rodrigo. Uma investigação sobre os critérios de repartição dos royalties petrolíferos. In: PIQUET, Rosélia (org.). Mar de riquezas, terras de contrastes: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2011.

MONTEIRO, França. A Notícia Institucional. In: DUARTE, Jorge (org.) Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. São Paulo: Atlas, 2006.

NAZARETH, Paula; SALLES Jorge; QUINTANILHA, Nina. O Rio de Janeiro e o pré-sal:

o novo marco regulatório e os impactos nas finanças do estado e dos municípios. In: PIQUET, Rosélia (org.). Mar de riquezas, terras de contrastes: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ, 2011.

PIQUET, Rosélia. Petróleo e Desenvolvimento Regional no Brasil. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (org.). Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

QUINTELLA, Sérgio F. Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. Revista Rio de Janeiro, n.18-19, jan.-dez. 2006.

SERRA, Rodrigo. Rendas petrolíferas no Brasil: critérios de distribuição distorcidos induzem ineficiência do gasto. In: MENDES, Marcos (org.). Gasto público eficiente. 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Cidade?: Topbooks, 2006.

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**



Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

ARTIGO

Trabalho e desenvolvimento no Norte Fluminense: para onde vamos?

RESUMO: ESTE ARTIGO APRESENTA UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO NORTE FLUMINENSE. PARA TANTO, RESSALTA UMA IMPORTANTE DISCREPÂNCIA ENTRE ALGUNS DADOS, RETIRADOS DA PLATAFORMA DIGITAL INFO ROYALTIES, REFERENTES AO CRESCIMENTO DA RECEITA DOS ROYALTIES RECEBIDA PELO MUNICÍPIO E O NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO NA CIDADE, NOS ANOS DE 2000 E 2010. A RELAÇÃO DESPROPORCIONAL ENTRE O CRESCIMENTO DA RECEITA E O CORRESPONDENTE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO INDICA QUE A CORRELAÇÃO ENTRE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NÃO É NATURAL, O QUE EXIGE MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E MAIS TRANSPARÊNCIA DO PODER PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DA CIDADE.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHO; DESENVOLVIMENTO; NORTE FLUMINENSE; CAMPOS DOS GOYTACAZES; EMPREGO.

ABSTRACT: THIS ARTICLE PRESENTS A BRIEF ANALYSIS ON THE RELATION BETWEEN WORK AND DEVELOPMENT IN THE NORTH FLUMINENSE. TO THIS PURPOSE, IT EMPHASIZES AN IMPORTANT DISCREPANCY AMONG SOME DATA, TAKEN FROM THE DIGITAL PLATFORM INFO ROYALTIES, REFERRING TO THE REVENUE GROWTH OF THE ROYALTIES RECEIVED BY THE MUNICIPALITY AND THE NUMBER OF PEOPLE OCCUPIED IN THE CITY IN THE YEARS 2000 AND 2010. THE DISPROPORTIONATE RELATION BETWEEN THE REVENUE GROWTH AND THE CORRESPONDING POTENTIAL FOR GENERATING JOBS INDICATES THAT THE CORRELATION BETWEEN WORK AND DEVELOPMENT IS NOT NATURAL, WHICH DEMANDS GREATER PARTICIPATION OF SOCIETY AND MORE TRANSPARENCY OF PUBLIC AUTHORITIES IN THE ADMINISTRATION OF THE RESOURCES OF THE CITY.

KEYWORDS: WORK; DEVELOPMENT; NORTH FLUMINENSE; CAMPOS DOS GOYTACAZES; JOB.

FABRÍCIO MACIEL, PÓS-DOCTORADO EM SOCIOLOGIA EM ANDAMENTO NA HUMBOLDT UNIVERSITÄT ZU BERLIN
PROFESSOR ADJUNTO DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

O trabalho sempre foi um dos temas centrais das ciências humanas e sociais. Para os clássicos da Sociologia, ele é uma das atividades humanas mais fundamentais. Sua relação com a questão do desenvolvimento é um dos principais pilares da Sociologia contemporânea. No discurso dominante sobre o desenvolvimento, uma das principais questões em pauta é potencializar a capacidade, tanto por parte do mercado quanto do poder público, de aumentar a oferta de trabalho para a população. Geralmente, quando se fala em aumento dos postos de trabalho de uma cidade ou região, o que está em discussão é a geração de empregos formais.

No Norte Fluminense, uma das principais apostas para a geração de empregos tem sido a de se trazer indústrias para a região. Em uma cidade como Campos dos Goytacazes, que comanda o crescimento da região, na qual parte considerável da população ainda se encontra diretamente articulada ao metabolismo da economia rural e da

economia informal, até mesmo a chegada de uma fábrica de produção de sucos ou de uma loja de uma marca conhecida de tintas se torna sinônimo de desenvolvimento e gera expectativa de criação de postos de trabalho.

Tal fato não deve causar nosso espanto. Campos apresenta índices de desigualdade que

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a pergunta que não pode se calar é: porque não alcançamos níveis de geração de empregos e de distribuição de renda proporcionalmente significativos?

Na busca da compreensão deste hiato entre riqueza econômica e pobreza social, a aproxi-

muito mais promessas e expectativas derivadas da aliança entre o mercado e o poder público do que o aumento efetivo nos números relativos de postos de trabalho e de sua estabilidade.

Este cálculo não deve considerar apenas o crescimento do emprego formal, como nos mostra quase que cotidianamente a mídia local, mestra em edição e simplificação dos fatos e da realidade. Pior ainda é quando o debate acadêmico faz a mesma edição, endossada por seu status de ciência, e de uma ciência cada vez mais legitimada pelos dados, que são sempre parciais.

Quando confrontamos meticolosamente dados de fontes diferentes, podemos constatar que às vezes os dados se contradizem. Muitas vezes, podemos perceber que o erro mais imediato é o da própria leitura e interpretação dos dados. Estes problemas nos permitem constatar que um dado pode ser tão frágil quanto uma teoria. Na verdade, um número pode ser tão abstrato quanto um conceito. A grande diferença é que uma teoria é algo abertamente contestável, o que não acontece com os dados.

Vivemos uma época na qual os dados conquistaram status de verdade absoluta (SOUZA, 2006). Basta apresentá-los e, para muitos, quase que temos

EM UMA CIDADE NA QUAL O PIB É ESPECIALMENTE ELEVADO, A PERGUNTA QUE NÃO PODE SE CALAR É: PORQUE NÃO ALCANÇAMOS NÍVEIS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS E DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PROPORCIONALMENTE SIGNIFICATIVOS?

não deixam a desejar diante de qualquer região não industrializada da própria região Sudeste ou de qualquer outra parte do Brasil. Naturalmente, em uma sociedade de desigualdade estrutural radical como a campista, qualquer sinal de novidade no mercado de trabalho gera expectativas acima da realidade.

O que deveria, de fato, causar o nosso espanto é que os dados sobre a economia campista apontam para uma grande fartura. Em uma cidade na qual o PIB per capita - menina dos olhos de qualquer medida socioeconômica dominante - é especialmente elevado (R\$ 79.484,78, a preços correntes em 2011, segundo

mação entre a teoria social e os dados sobre a região pode ser um bom caminho. No primeiro aspecto, o da teoria, é preciso tematizar a relação entre trabalho e desenvolvimento e se suas promessas são verdadeiras. Uma possível direção para o enfrentamento deste desafio é o confronto entre a realidade empírica das chances e condições de trabalho em uma cidade como Campos e as possíveis respostas advindas de uma análise teórica.

No segundo aspecto, o da realidade social empírica, o que presenciamos? Em poucas palavras, na Campos moderna, na Era do Petróleo, presenciamos

a realidade explicada, pronta e acabada. É por isso que eles são tão facilmente manipulados e distorcidos, simplificando a realidade e nos apresentando promessas e expectativas, por parte da aliança mercado-poder público, que nunca são realizadas na mesma medida.

Voltando às questões mais teóricas, precisamos considerar meticulosamente do que estamos falando quando se trata de desenvolvimento. O princípio científico da dúvida deveria ser como um sinal amarelo, em situações de alerta, ou vermelho, em situações de perigo evidente, mas nunca verde, o que nos permitiria atravessar sem nenhuma reflexão.

Considero o conceito de desenvolvimento como um sinal amarelo, digno de muito alerta. Não diria vermelho, ou seja, de imediato repudiável, pois o conceito tem história, sendo discutido no Brasil de forma sistemática desde, pelo menos, os anos de 1950, com a teoria da dependência, por exemplo (PEREIRA, 1965). Mas, chamo atenção para o sinal de alerta, pois falamos tanto em desenvolvimento que acabamos naturalizando esta ideia.

No âmbito da teoria social contemporânea, o conceito de desenvolvimento apresenta uma importante evolução. Até os anos de 1970, este conceito pressupunha a economia como sua principal dimensão, sendo condição indispensável para a sociedade e a cultura. Desde então, o conceito ganhou contornos mais complexos (BECK, 1986).

Atualmente, é lugar comum a ideia de um desenvolvimento integrado, abrangendo todas as dimensões da realidade social, traduzido no conceito de desenvolvimento sustentável (BECK, 1986). Esta perspectiva não desconsidera a objetividade incontornável da economia, mas acrescenta o valor do bem-estar social e da preservação ambien-

tal como fundamentais para um conceito ampliado de desenvolvimento.

No plano da teoria, tudo isso é contestável, mas considerável. Para uma análise mais concreta, entretanto, não podemos desconsiderar os dados, pois são eles que definem boa parte do que consideramos como realidade social, seja ela regional, nacional ou global. Sendo assim, vejamos o que alguns dados sobre a realidade campista podem sugerir, considerando, sem naturalizar, a relação entre trabalho e desenvolvimento.

Uma das principais fontes de dados do Norte Fluminense é a plataforma virtual Info Royalties, mantida pelo mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes de Campos. Uma de suas maiores virtudes é que não se restringe aos dados da região, mas reúne informações de toda a realidade nacional, e principalmente aquelas referentes à indústria do petróleo.

É dela que retiramos alguns dados que podem ser de grande valia para nossa análise. Por exemplo, no ano de 2000, o valor dos royalties mais participações especiais recebido pela cidade foi de R\$ 157.870.442,17. No mesmo ano, o número do pessoal ocupado total, com exceção do pessoal ocupado na administração pública, era de 41.645. Em complemento, o número do pessoal ocupado na administração pública municipal, em 2000, era de 6.096.

Vejamos a evolução destes números em uma década. Em 2010, o valor recebido dos royalties mais participações especiais sobe consideravelmente, para R\$ 1.016.021.871,72. No mesmo ano, o pessoal ocupado total, exceto o pessoal da administração pública, alcança a marca de 69.957. Enquanto isso, o pessoal ocupado na administração pública sobe para 17.423.

O que podemos concluir diante destas informações? Pode-

mos ver que a receita dos royalties mais participações especiais cresceu vertiginosamente. O número de pessoal ocupado total não cresceu na mesma proporção. Curiosamente, o número de pessoal ocupado na administração pública cresceu muito mais, em termos proporcionais, do que o restante do pessoal ocupado.

O que podemos dizer diante disso? A receita dos royalties (uma compensação que considera o município como produtivo, o que é sinônimo de desenvolvimento), a maior do município, não dinamizou o mercado interno de trabalho durante a década de 2000, o que desmente o mito da relação natural entre trabalho e desenvolvimento. Naturalmente, aumentou o número real de pessoal ocupado, mas não aumentou proporcionalmente a capacidade de geração de postos de trabalho, ou seja, não contribuiu para o aumento do índice de geração de empregos, o que de fato seria uma mudança social substantiva e qualitativa.

Isto significa crescimento econômico com estagnação social, ou seja, uma relação estática entre trabalho e desenvolvimento. A entrada de tamanha receita na cidade pressupõe sua utilização, pelo poder público, para o fomento do desenvolvimento em seu sentido integrado. Diante de tais números, entretanto, podemos apenas dizer que o que vivemos hoje na cidade é o crescimento meramente econômico, o que definitivamente não é sinônimo de desenvolvimento, em seu sentido mais profundo.

Diante desta conclusão, a partir dos números apresentados, parece ficar evidente que não é muito prudente a confiança nas leis vagas e abstratas do mercado (que no caso da compensação dos royalties age indiretamente, pressupondo que o município deve ser compensado por seu potencial produtivo e degradação ambiental, ou seja, por estar em desenvolvimento), o que significaria acreditar na re-

lação espontânea e natural entre trabalho e desenvolvimento. Isso não quer dizer que não devemos dinamizar o mercado, o que já fazemos, estando aí, como grande prova atual, a presença do mega-empreendimento do Porto do Açu na região, também maior em sua propaganda do que em sua realidade.

O que precisa ser questionado - de modo a se responder à pergunta: para onde vamos? - é o que o poder público pode e deve fazer com os recursos que o mercado tem trazido para Campos e região. Nesta direção, o enfrentamento sistemático da questão da desigualdade, com políticas públicas e sociais que não se resumam a assistencialismo, deveria ser um imperativo objetivo e incontornável. Sem a participação de uma sociedade articulada, entretanto, que exija transparência da administração pública, parece óbvio para onde continuará caminhando uma região rica em possibilidades produtivas e em forças sociais, porém entregue à aliança entre o mercado e o poder público.

Referências Bibliográficas

- BECK, U. *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 04 ago. 2014.
- INFOROYALTIES. Campos dos Goytacazes: Universidade Candido Mendes. Disponível em: <<http://www.info-royalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.
- SOUZA, J. *A invisibilidade de desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

ARTIGO

Assimetrias e desigualdades nos impactos do Complexo Petrolífero do Norte Fluminense: os casos de Campos dos Goytacazes e Macaé.

RESUMO: RESUMO: O PRESENTE ARTIGO COMPARA OS IMPACTOS DA ECONOMIA REGIONAL DO PETRÓLEO DO NORTE FLUMINENSE-NF, EM TERMOS DO PIB, DO EMPREGO FORMAL, E DA QUALIDADE DESSES EMPREGOS, MEDIDA PELO SALÁRIO MÉDIO MENSAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, NOS MUNICÍPIOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E MACAÉ. AMBOS PERTENCEM À BACIA PETROLÍFERA DE CAMPOS, E ESTÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS PRIVILEGIADOS COM A MAIOR PARTE DAS RENDAS DA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO. CAMPOS FOI O POLO TRADICIONAL DA REGIÃO E É O MUNICÍPIO QUE RECEBE O MAIOR VOLUME DAS RENDAS PETROLÍFERAS. MACAÉ SEDIA A BASE OPERACIONAL DO COMPLEXO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (E&P) DA BACIA DE CAMPOS. EM VIRTUDE DISSO, MACAÉ RECEBEU A QUASE TOTALIDADE DAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NESTA ATIVIDADE, CONSTITUINDO UMA ESTRUTURA EMPRESARIAL MODERNA, CONCENTRANDO O EMPREGO NESSE SEGMENTO, ENQUANTO CAMPOS PARTICIPA COM UM PERCENTUAL IMPORTANTE DO CONTINGENTE DOS TRABALHADORES DO COMPLEXO E COM UM IMPORTANTE APARATO DE EDUCAÇÃO, COM DESTAQUE PARA O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL E SUPERIOR, PERMANECENDO COMO O CENTRO REGIONAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, EMBORA EM BASES PREDOMINANTEMENTE TRADICIONAIS. DESSA FORMA, OS IMPACTOS DA ECONOMIA REGIONAL DO PETRÓLEO SÃO DIFERENCIADOS NOS DOIS MUNICÍPIOS. DEVIDO À SUA IMPORTÂNCIA NA BACIA, ESTE ARTIGO COMPARA ALGUNS INDICADORES DESSAS ASSIMETRIAS.

PALAVRAS-CHAVE: IMPACTOS DA ECONOMIA DO PETRÓLEO; NORTE FLUMINENSE; CAMPOS DOS GOYTACAZES; MACAÉ

ABSTRACT: THIS ARTICLE COMPARES IMPACTS PROMOTED BY RIO DE JANEIRO NORTHERN REGION OIL ECONOMY, REGARDING GIP, FORMAL EMPLOYMENT AND ITS QUALITY IN THE BASIS OF AVERAGE MONTHLY INCOME, MEASURED IN QUANTITY OF MINIMUM SALARY, IN CAMPOS DOS GOYTACAZES AND MACAÉ. BOTH BELONG TO CAMPOS OIL BASIN, AND FIGURE AMONGST THE MOST PRIVILEGED COUNTIES BENEFITED WITH OIL RENTS FROM EXPLOITATION AND PRODUCTION E&P. CAMPOS HAD ALWAYS BEEN THE NF REGIONAL POLE AND IS THE ONE WHO RECEIVES THE HIGHEST AMOUNT OF RENT. MACAÉ EMBEDS THE OPERATIONAL BASIS OF THE OIL E&P COMPLEX. THEREFORE, MACAÉ HOSTS MOST OF THE FIRMS INVOLVED IN SUCH ACTIVITY, EMBODYING A MODERN ENTREPRENEURIAL STRUCTURE, AND CONCENTRATES EMPLOYMENT IN THE SEGMENT, WHILE CAMPOS PARTICIPATES WITH A HIGH PERCENTAGE OF SUCH WORKERS AND HOLDS A BIG AND RICH EDUCATIONAL APPARATUS, WHOSE HIGHLIGHTS ARE ITS UNITIES OF TECHNICAL-PROFESSIONAL AND COLLEGE EDUCATION, SUSTAINING ITS OUTSTANDING POSITION AS A COMMERCIAL AND SERVICE CENTER, EVEN THOUGH ON TRADITIONAL STANDARDS. IN THIS WAY, REGIONAL OIL ECONOMY IMPACTS ARE DIFFERENT IN EACH OF THESE TWO COUNTIES. DUE TO THEIR OUTSTANDING POSITION IN THE OIL BASIN, THIS ARTICLE COMPARES SOME SIGNS OF SUCH ASYMMETRIES.

KEYWORDS: OIL ECONOMY IMPACTS; RIO DE JANEIRO'S NORTHERN REGION-NF; CAMPOS DOS GOYTACAZES; MACAÉ.

JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ (UFF), CIENTISTA SOCIAL. DOUTOR EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PELO IPPUR/UFRJ. PROFESSOR ASSOCIADO APOSENTADO DA UFF, CAMPOS/RJ. PROFESSOR PERMANENTE DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES, UCAM-CAMPOS/RJ.

JOSÉ ALVES DE AZEVEDO NETO, TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA FENORTE (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE). PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ CAMPOS-RJ. MESTRANDO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Campos dos Goytacazes e Macaé, seu vizinho ao sul, são os dois municípios mais importantes do Complexo Regional de Exploração e Produção de petróleo e gás (E&P) da Bacia de Campos, no norte do estado do Rio de Janeiro-ERJ. Campos foi, durante quase trezentos anos, o polo

econômico da região Norte Fluminense (NF), pela concentração da agroindústria de produção de cana, açúcar e álcool, até o seu declínio, a partir da década de 1970, e quase desaparecimento, na década de 1990. O município monopolizou, no período, os recursos territoriais, financeiros, econômicos e institucionais regionais (CRUZ, 2003). A partir da segunda metade da década de 1970, com o início da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, o município de Macaé, limítrofe a Campos, passa a concentrar as instalações físicas do Complexo.

A partir de então, ocorrem profundas mudanças na configuração do território regional, com a crescente centralidade de Macaé, polarizando o mercado de trabalho e as instalações dos equipamentos e empresas vinculadas às atividades de exploração

e produção da Bacia de Campos.

O que se observa é que as formas distintas de integração no Complexo Regional de E&P impõem ritmos e dimensões bastante diferenciados no crescimento do PIB e no volume e qualidade do emprego nos dois municípios, o que reforça a constatação de que os impactos do Complexo ocorrem de forma desigual, reproduzindo um padrão concentrado e excludente do desenvolvimento territorial regional.

As dimensões populacionais e territoriais dos dois municípios são bastante díspares, desaconselhando, num primeiro momento, análises comparativas. No entanto, o que se quer apresentar, neste trabalho, através de um conjunto de dados, são indicações da grande assimetria entre os impactos das atividades de E&P de petróleo so-

bre os dois municípios, com a consequente diferenciação produzida nos impactos socioeconômicos. A análise dos dados leva em conta as suas especificidades, quais sejam, a condição de um dos municípios como sede das atividades produtivas e beneficiário de elevadas rendas, caso de Macaé; e o outro como receptor de elevadas rendas, sem significativos investimentos produtivos, como é o caso de Campos, apesar deste sediar poucas empresas prestadoras de serviços ao Complexo.

Em 1970, a população de Macaé correspondia a pouco mais de 1/5 da de Campos, com 76 mil habitantes, enquanto a de Campos era de 348 mil habitantes, aproximadamente. Hoje, mesmo após ter perdido cerca de 20 mil habitantes, com a emancipação de dois distritos, na década de 1990, sua população, de aproximadamente

206 mil habitantes, corresponde a quase metade da de Campos, que conta com 406 mil habitantes, aproximadamente (IBGE, 2010). Seu território totaliza 1 mil e 200 km², hoje, ou seja, menos de 1/3 do de Campos, com 4 mil km². O orçamento de Campos é aproximadamente o triplo do de Macaé, assim como o volume das rendas petrolíferas repassadas mensalmente, após a Lei do Petróleo, de 1997.

Crescimento econômico em Campos e Macaé

O fim do monopólio estatal na exploração e produção do petróleo e gás, a partir de 1998, trouxe também uma elevação substancial das rendas petrolíferas repassadas aos cofres dos municípios contemplados, assim como uma excessiva concentração em um número reduzido deles. No Norte Fluminense, esses privilegiados são cinco: Campos, Macaé, São João da Barra, Quissamã e Carapibus, estes últimos emancipados de distritos de Macaé na década de 1990.

Como se pode observar, nos três últimos anos, o total de rendas recebidas por Campos é quase o triplo do de Macaé.

Esses valores aparecem no PIB no setor industrial que, no caso dos dois municípios aqui analisados, corresponde quase totalmente ao segmento extrativista do petróleo e gás. No caso de Campos os números refletem o grande peso do valor das rendas repassadas. Já, no caso de Macaé, além das rendas, inclui as atividades produtivas das empresas de E&P e de fornecimento de bens e serviços ao segmento de exploração e produção. A seguir, os quadros I e II apresentam a composição do PIB, sem desagregação dos seg-

mentos setoriais.

O PIB de Campos é quase o triplo do de Macaé. Em Campos, o segmento industrial, inflado com os valores das rendas petrolíferas, responde por 76,95% do PIB. Esses valores, quase 6 vezes superiores aos de Macaé, são devido às rendas do segmento extrativista, e não à produção, ao contrário de Macaé, cuja atividade petrolífera aparece com destaque no segmento de serviços, composto pelas empresas que atendem ao Complexo. Em Campos são contabilizados, ainda, os valores da produção sucroalcooleira ainda existente.

O setor de serviços, em Macaé, cujo peso no valor adicionado, 46,9%, é superior ao industrial, com 41,6%, é composto, majoritariamente, pelas empresas de serviços de alta tecnologia, prestados diretamente às atividades de exploração e produção de petróleo e gás; de hospedagem e alimentação; além, de serviços de armazenagem, manutenção e distribuição. Com isso, o peso da arrecadação própria, proveniente de atividades econômicas, é supe-

rior ao de Campos; os impostos sobre produtos líquidos, em Macaé, são, em valores absolutos, mais de 50% superiores aos de Campos.

Portanto, nesse recorte, as duas composições de PIB são bastante diferenciadas, refletindo a integração desigual dos dois municípios na economia regional do petróleo.

No que tange ao setor agropecuário em Campos, 0,32% do PIB, o dado demonstra a perda de fôlego do setor ao longo dos anos. Embora o município preserve, em parte, sua tradição agroindustrial, percebe-se, por sua vez, a anemia relativa na geração de riqueza, o que demonstra que tal segmento perdeu força econômica, com o fechamento de várias usinas de açúcar e álcool, a partir dos anos 1990, principalmente.

A dinâmica econômica de Campos ancora-se, hoje, em grande parte, nos repasses das rendas oriundas da atividade de petróleo, cujos aportes no orçamento da prefeitura, mensais, no caso dos royalties, e trimestrais, no das participações espe-

ciais, atingiram no exercício fiscal de 2013 o valor realizado de 1,3 bilhão de reais, ou 58,55% da receita corrente orçamentária, reflexos dos privilégios decorrentes da Lei 9.478/97. Já, Macaé recebeu, no mesmo período, o quantitativo de 517,24 milhões de reais, ou 26,45% da receita corrente orçamentária, (RIBEIRO, 2014, p. 140; 150). Neste ano, Campos recebeu 150,35%, mais rendas petrolíferas, do que Macaé.

Em 2001, o PIB, a preços correntes, de Campos dos Goytacazes era de 6 bilhões; após uma década de recebimento das generosas rendas petrolíferas, atinge o valor nominal de 37,2 bilhões, em 2011, um salto de mais de 500%, enquanto em Macaé, passa de 2,4 bilhões a 12,6 bilhões, crescendo 425%, (RIBEIRO, 2014, p. 24; 31).

O setor terciário, ou de serviços, cresce, hoje, em Campos, na esteira das rendas e, ao que tudo indica, da expectativa dos investimentos de flagrada com a implantação, a partir de 2007, do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA), em São João

Tabela 1. Royalties + Participações Especiais

Município	2011	2012	2013	Total
Campos	1.188.468.541,57	1.346.355.621,56	1.330.480.294,96	3.865.304.458,09
Macaé	482.751.937,13	543.718.234,23	517.249.964,53	1.543.720.135,89

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (RIBEIRO, 2014a)

Tabela 2 – PIB, Valor Adicionado a preços correntes, 2011 (1.000 R\$)

Segmentos	Campos	Macaé
Valor adicionado bruto da agropecuária	119.870	40.040
Valor adicionado bruto da indústria	28.631.330	5.229.343
Valor adicionado bruto dos serviços	7.613.534	5.889.893
Imposto sobre produtos líquidos	841.058	1.389.010
PIB a preços correntes	37.205.791	12.558.285

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (RIBEIRO, 2014a)

da Barra, na divisa norte de Campos dos Goytacazes. As evidências se manifestam, em Campos, no aporte de capitais de grandes redes hoteleiras de bandeiras nacional e internacional, das grandes redes nacionais e internacionais de atacado e varejo e no aquecimento da construção civil, com a construção de condomínios de luxo e populares, um shopping da maior rede nacional e a presença de grifes de alimentação.

Embora o CLIPA não tenha se confirmado na dimensão que se desenhava no projeto original, em breve iniciará as atividades de exportação de minério de ferro e de apoio às atividades do Complexo de E&P, com a instalação de empresas fornecedoras.

Em reportagem do Jornal Folha de São Paulo (LUNA, 2012) são apresentadas informações a respeito de um dos empreendimentos agregados ao projeto original do CLIPA:

O projeto do Porto do Açu estabelece a construção pela Rex, imobiliária de Eike Batista, de um bairro inteiro, com cerca de 40 mil habitações. O investimento total é estimado em US\$ 40 bilhões até 2025, com geração de até 50 mil empregos. Inicialmente anunciado como uma nova cidade – a Cidade X –, o empreendimento projetado pelo urbanista Jaime Lerner foi transformado em um bairro. Condomínios luxuosos vão dividir o Bairro X com prédios mais populares, propiciando espaço para executivos e trabalhadores do complexo industrial. O projeto prevê a construção de canais que interligarão duas lagoas da cidade e o rio Paraíba do Sul ao transporte viário. Os canais são descritos como uma espécie de “Veneza Brasileira” a ser implantada no norte

fluminense.

Em março de 2013, o escritório de arquitetura de Jaime Lerner apresentou, em audiência pública no município de São João da Barra, o ambicioso projeto que, caso fosse concretizado, impactaria radicalmente toda a região Norte Fluminense, uma vez que incluía uma logística de transporte hidroviário que acessaria o Porto do Açu.

Dentro desta configuração econômica emergente, surge a possibilidade da cidade de Campos aumentar sua importância como o grande pólo de comércio e serviços da região. O município possui a maior rede de ensino superior e técnico-profissional do NF.

Todavia, pesquisadores, como Serra (2004, p. 174), manifestam preocupação quanto ao desenvolvimento econômico de Campos desde os primeiros anos das elevadas rendas que abarrotam os cofres dos municípios produtores, que criaram uma organização denominada de OMPETRO, para atuar como lobby:

Mas essa posição saudável das finanças públicas dos municípios pertencentes a OMPETRO é marcada

forças completamente exógenas ao poder público local. O volume de produção de petróleo, a cotação desta commodity no mercado internacional e a flutuação do câmbio são variáveis-chave para definir as magnitudes dos depósitos de royalties no caixa dos municípios beneficiários. Fatores, por certo, completamente alheios ao poder público e à economia local. O resultado desta alienação entre o volume das receitas e a dinâmica local conforma uma situação de orçamentos municipais plenamente erráticos, que podem experimentar crescimentos fabulosos ou decréscimos drásticos em função de fenômenos completamente insensíveis à ação local.

O segundo ponto que merece destaque é, para além da irreversível finitude das receitas, a possibilidade das finanças municipais mingua-rem em função de mudanças nas normas que regem a distribuição dos royalties municipais acabarem antes mesmo do petróleo. Essa é uma possibilidade real e crescente, patrocinadas por grupos de interesses inconformados com o jorro dos royalties em uma região geograficamente

pos e Macaé. Os índices são elevados, tanto os positivos quanto os negativos, ilustrando a trajetória errática do fluxo das rendas petrolíferas, como alerta Serra, conforme aparecem nos quadros 3 e 4 e nos gráficos I e II.

Quando se analisa a evolução percentual do PIB real, constata-se acentuadas variações de queda e de crescimento. Ainda assim, as taxas impressionam, revelando a magnitude do impacto sobre as finanças municipais.

Em 2009, a retração ocorrida no PIB real dos dois municípios deve ser atribuída à crise econômica mundial, que produziu o encolhimento temporário do comércio internacional. “Verifica-se a ocorrência e crescimento real do PIB nos anos de 2002 a 2006, no ano de 2008 e nos anos de 2010 e de 2011. A queda em 2009, conforme já relatado, é resultado na crise financeira internacional [...]” (RIBEIRO, 2014, p. 24).

O comportamento do PIB é semelhante em ambos os municípios. O PIB real é crescente, com elevação maior, acima da média dos anos anteriores, em 2008. Em Macaé, ocorre, em 2009,

Tabela 3. Campos. PIB real. Crescimento 2001-2011 (%) (deflacionado pelo IGP-M)

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
-2,93	5,8	11,8	1,92	50,02	33,2	-17,7	27,85	-31,17	18,24	37,21

Fonte: IBGE (RIBEIRO, 2014a)

Tabela 4. Macaé. PIB real. Crescimento 2001-2011 (%) (deflacionado pelo IGP-M)

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
14,14	6,4	12,1	7,2	11,4	18,1	-9,4	83,6	-42,5	41,17	7,1

Fonte: IBGE (RIBEIRO, 2014a)

por severas inconstâncias e ameaças.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que a saúde financeira dos municípios da OMPETRO é determinada por

beneficiada pela natureza.

Tais preocupações se tornam evidentes quando se observam as taxas de crescimento anual do PIB real, entre 2001 e 2011, em Cam-

uma grande queda; a curva sofre uma forte inclinação para baixo em função da crise financeira global de 2009, chegando a - 42,5%, deixando patente a vulnerabilidade

de inerente ao perfil de uma economia dependente de um único segmento. No entanto, como já foi observado, a presença de instalações físicas de centenas de empresas fornecedoras de bens e serviços ao setor extrativista empresta um maior grau de segurança à economia macaense, em relação à natureza quase exclusivamente rentista da dinâmica campista.

Do ponto de vista da economia petrolífera, Campos encontra-se mais vulnerável do que Macaé numa conjuntura de dependência dos humores da economia mundial, pois caracteriza-se como município tipicamente petrorentista (SERRA, 2007), isto é, município cujo orçamento e economia dependem em elevado grau de rendas monetárias, flutuantes e vulneráveis, de commodities primárias produzidas fora do seu território, em contraste com rendas de arrecadação tributária originadas de atividades produtivas nele localizadas, ainda que extrativas e vinculadas às oscilações internacionais, como é o caso de Macaé. Registra-se, de acordo com o cenário acima, que a economia regional desenvolve-se através dos grandes projetos de investimentos exógenos, com vulnerabilidades distintas em Campos e Macaé.

Outro aspecto destacado por Serra que se deve considerar diz respeito às iminentes mudanças nas normas de distribuição dos recursos dos royalties, previstas na emenda do Deputado Federal Ibsen Pinheiro, que diminui gradativa e drasticamente, no limite, o percentual que hoje cabe aos municípios produtores, onde se enquadram os dois municípios aqui abordados. A presidenta da República vetou a emenda, os congressistas derrubaram o veto presidencial, e os estados do

Rio de Janeiro e do Espírito Santo ajuizaram Ação de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a aplicação da Emenda, mas que ainda não foi julgada pelo STF. Com certeza, haverá uma profunda crise nesses municípios, uma vez que suas despesas são dimensionadas para o atual patamar orçamentário, ante a ausência de planejamento e de investimentos produtivos.

Emprego formal em Campos dos Goytacazes e Macaé

Quando se analisa a dinâmica do emprego nos dois municípios analisados, ficam mais evidentes as assimetrias nos impactos socioeconômicos, resultando em duas realidades bastante contrastantes. A herança de um mercado de trabalho precário,

informal, ou “clandestino”, em Campos, dominado numericamente pelo trabalho no corte de cana, com uma força de trabalho predominantemente de baixa qualificação, em contraste com o novo mercado de trabalho gerado pelas atividades petrolíferas em Macaé, onde estão as empresas do Complexo, concentrou um volume de trabalhadores formalizados e com salários médios bem superiores em Macaé.

Aqui aparecem, com mais nitidez, as disparidades na conformação da economia dos dois municípios. Com menos da metade da população e menos de um terço da área, e bem menos rendas, Macaé possui um mercado de trabalho assalariado maior do que o de Campos, e com 40% a mais de assalariados formais. Embora o PIB de Campos seja o triplo, seu mercado de

trabalho é inferior ao de Macaé, assim como o nível de formalização dos vínculos. Aí reside o principal aspecto que se quer destacar quanto aos impactos territoriais da economia regional do petróleo, tomando como exemplo os dois municípios mais dinâmicos, economicamente, do NF.

O mercado de trabalho de Macaé configura-se como um mercado empresarial vinculado a um segmento de alta competitividade, dada a sua inserção internacional, o que reflete, além do elevado grau de formalização, nos níveis salariais, dadas às exigências de qualificação. A média salarial em Macaé é mais do que o triplo da de Campos. É óbvio que Campos ganha com o mercado de trabalho do vizinho, uma vez que grande parte dessa força de trabalho de Macaé é de trabalhadores residentes em Campos, pois

Tabela 5. Trabalho Formal e Salário Médio em Campos e Macaé, 2012

Indicadores	Campos dos Goytacazes	Macaé
Pessoal Ocupado Assalariado	91.727 Pessoas	142.551 Pessoas
Pessoal Ocupado total	105.533 Pessoas	150.068 Pessoas
Salário Médio Mensal	2,3 salários mínimos	7,5 salários mínimos

Fonte: IBGE (2012)

Tabela 6. Saldo do emprego formal, em unidades de trabalhadores. Campos

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
-2.590	1.989	-183	3.239	3.508	-370	2.782

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (RIBEIRO, 2014a)

Tabela 7. Saldo do emprego formal, em unidade de trabalhadores. Macaé

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
6.796	10.013	-87	7.807	11.507	5.142	3.965

Fonte: MTE (RIBEIRO, 2014a)

Tabela 8. Renda Média do Trabalho em Campos dos Goytacazes (salários mínimos)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
3	2,73	2,62	2,47	2,51	2,58	2,59	2,43	2,56

Fonte: Ribeiro (2014b)

Tabela 9. Renda Média do Trabalho em Macaé (salários mínimos)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
9,7	9,06	8,35	8,41	8,54	8,5	7,71	7,16	8,01

Fonte: Ribeiro (2014b)

os dados referem-se ao local das empresas declarantes. O que se quer enfatizar é a diferença entre as estruturas e dinâmicas econômicas dos dois municípios que polarizam a economia regional. Macaé possui uma economia empresarial. Campos ainda patina numa economia de rendas.

A análise do saldo anual do emprego nos dois municípios confirma que as duas economias são dinâmicas, com crescente geração anual de trabalho, mesmo com os percalços de 2007, 2009 e 2012 em Campos, e de 2009, em Macaé, conforme as tabelas 6 e 7.

Pontuar-se-ão, aqui, os setores objeto da destruição de empregos, conforme expressão cunhada por Ribeiro (2014, p. 99). Em Campos, nos anos de 2007, 2009 e 2012, os saldos foram negativos, tendo sido destruídos 2.590, 183 e 370 empregos, respectivamente. Os setores responsáveis por tais eventos nos aludidos exercícios foram, segundo Ribeiro (2014, p. 99)

Em 2007, não houve criação de empregos; ao contrário, houve destruição de empregos, onde o setor de serviços foi o setor que mais desligou pessoal, seguido pelo setor agropecuário.

Em 2009 foi verificado, mais uma vez, o fenômeno da destruição de empregos, onde o setor agropecuário contribuiu efetivamente para o processo, seguido pela construção civil.

Em 2012, o município destruiu empregos, consequência do forte processo de demissões da construção civil, que gerou um saldo negativo de 1863 empregos, com reflexos no comércio, que gerou um saldo negativo de 236 empregos.

O município de Macaé,

no período de 2007 a 2013, apresentou um saldo de emprego constante, com ligeiro desvio em 2009, quando se aferiu uma queda, com o saldo negativo de 87 empregos, muito provavelmente devido ao impacto da crise financeira americana. O elevado saldo do emprego ao longo do período acima deixa claro que a dinâmica da economia local constitui-se significativa e sustentável, enquanto a economia do petróleo for forte, tendo em vista que em Macaé encontra-se instalada a base da indústria extrativa, com perspectivas de aumento da produção, com a entrada de novas grandes empresas, após a Lei do Petróleo, de 1997, e com a exploração da camada do Pré-Sal.

O setor de serviços demonstra intensa pujança na geração de emprego e renda ao longo do período, com o domínio das empresas prestadoras de serviços ao Complexo de E&P naquela cidade, cujo volume de negócios e salários impacta, também, o comércio.

Conforme afirma Ribeiro (2014, p. 109), com relação a Macaé

Em 2007 foram geradas 6.796 novas vagas de emprego, concentradas em 73,81% no setor de serviços e 15,99% na indústria de transformação. Em 2008, verificou-se uma melhor distribuição setorial do emprego. O setor de serviços apresentou uma contribuição proporcional de 27,91% a indústria da transformação 10,41%, a construção civil 39,49% e o comércio 12,46%. Em 2009, o resultado negativo foi pressionado pelo elevado desemprego no setor da construção civil, que destruiu 3.246 vagas de trabalho no ano. No ano de 2010 verificou-se a recuperação do emprego, com a criação de 7.807 novas vagas. Destas,

o setor e serviços participou com 82% e o comércio com 11,57%. Em 2011, o setor de serviços voltou a concentrar a geração de emprego, com uma taxa de 61,10%, seguido pelo setor da construção civil, com 14,90%, e da indústria de transformação, com 13,46%. Em 2012, o emprego, em processo de desaceleração, concentrou 53,71% na construção civil e 28,59% no setor de serviços. Em 2013, o saldo em queda foi empurrado pela indústria de transformação, que destruiu 2.048 vagas, ao mesmo tempo em que o setor de construção civil que criou 6.226 vagas no ano. (RIBEIRO, 2014, p. 108)

Mais uma vez se confirma que o setor de serviços de Macaé agregou valor ao PIB na mesma proporção do setor industrial, ao contrário de Campos, onde o PIB industrial advém das rendas petrolíferas, e no qual o valor agregado pelos serviços é bem inferior ao de Macaé, tendo por referência o ano de 2011.

A análise da evolução da renda média do trabalho nos dois municípios reforça a percepção do predomínio de dois perfis distintos de especialização do mercado de trabalho. Embora o valor médio tenha diminuído, no período analisado, entre 2004 e 2012, nos dois municípios, o patamar do valor médio dos salários em Campos mantém-se em um terço do de Macaé, indicando a manutenção de um mercado de trabalho de baixa qualificação, de base empresarial com grau maior de informalidade – conforme os dados do trabalho formal revelaram – e em atividades de nível tecnológico inferior ao de Macaé.

Tais dados apontam para o fato de que, até o momento, só Macaé tem ganhos importantes na dimensão e na qualidade do mercado de

trabalho, com a economia do petróleo. O mercado de trabalho de Campos vem resistindo à contaminação do perfil empresarial moderno do mercado de Macaé, típico da economia do petróleo, a despeito da cidade possuir uma importante e completa rede de unidades de qualificação de mão de obra.

A aparente tendência ao rebaixamento dos valores médios dos salários, nos dois municípios, pode ser atribuída, dentre outros fatores, à crescente terceirização do emprego no setor petrolífero, o que tem levado ao aumento da precarização e à diminuição dos salários médios. No entanto, o fenômeno merece investigação mais profunda e detalhada.

Considerações finais

Mesmo considerando-se as tendências à especialização, polarização e concentração inerentes à dinâmica econômica, mais acentuadamente no caso de uma atividade extrativa, como a da economia petrolífera do NF, sem internalização regional de qualquer segmento, a montante e a jusante, da cadeia de beneficiamento, este breve trabalho buscou destacar algumas evidências desse fenômeno e as distorções socioespaciais que ele gera, utilizando-se da análise da composição do PIB e de alguns aspectos do mercado de trabalho, dos dois municípios-polo regionais, Campos e Macaé. Não se trata de uma análise comparativa, uma vez que não há equivalência de base territorial e demográfica, além das diferenças nas trajetórias e nos papéis representados historicamente na economia regional. Trata-se de buscar indicadores das diferenciações, assimetrias e desigualdades na conformação das economias municipais

afetadas pelo perfil da economia regional do petróleo.

A análise dos dados demonstrou que a maior economia regional, Campos dos Goytacazes, em termos absolutos, possui maiores fragilidades do que a do município-sede do Complexo de E&P, Macaé, pela sua composição predominantemente rentista e tradicional, em contraste com o peso da economia produtiva e moderna deste último.

Ambos, no entanto, possuem vulnerabilidades decorrentes, não só da restrição extrativista do Complexo, quanto da sua sensibilidade à volatilidade do comércio internacional de petróleo, por um lado; e, por outro, da perspectiva de

redução drástica nas rendas, ante a ameaça da Emenda Ibsen. Macaé, no entanto, ao sediar empresas do Complexo, possui, aparentemente, mais recursos, em estrutura industrial e de serviços de alta tecnologia, a lançar mão, para compensar futuras perdas de royalties e de participações especiais.

O problema remete ao desafio de romper com o monopólio da economia petrolífera sobre os recursos territoriais regionais e de construir uma economia diversificada e bem distribuída espacialmente, o que requer planejamento e articulação de escalas de governo supralocais nesse processo.

Referências Bibliográficas

CRUZ, J. L. V. (2003). Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 340p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LUNA, D. Obstáculos travam Porto de Eike. Jornal Folha de São Paulo, 26 fev. 2012. Caderno Mercado B1. Disponível

em: <<http://www.portodesantos.com.br/clipping>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

RIBEIRO, A. C. A Economia do Norte Fluminense, análise e perspectiva. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2014a.

_____. Fundo de Desenvolvimento de Campos-FUNDECAM. Campos dos Goytacazes, 07 mai. 2014b. Palestra.

SERRA, R. Sobre o advento dos municípios "novos ricos" nas regiões petrolíferas nacionais. In: PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, Romeu (Orgs.). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC, 2004.

ACESSE NOSSO SITE:

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES

INÍCIO ARTIGOS BOLETINS ANTERIORES INFO ROYALTIES FALE CONOSCO

BOLETIM
Petróleo, Royalties e Região
ISSN 1980-6310

Boletim Petróleo, Royalties e Região

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), teve como marco inicial a preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura

Cadastre-se

Cadastre-se e receba gratuita e periodicamente o boletim Petróleo, Royalties e Região.

Normas para Publicação

WWW.ROYALTIESDOPETROLEO.UCAM-CAMPOS.BR

ARTIGO

Planejamento e estratégia socioeconômica para o estado do Rio de Janeiro

RESUMO: ESTE ARTIGO LEMBRA A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO COMO CENTRO NACIONAL DO BRASIL E DESTACA QUE, APESAR DA PERDA DE PARTICIPAÇÃO DA CIDADE E DO ESTADO PARA A ECONOMIA PAULISTA, A REGIÃO APRESENTOU, ATÉ 1960, UM DINAMISMO ECONÔMICO PRÓXIMO AO DO PAÍS. DEMARCA UMA CRISE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO A PARTIR DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL PARA BRASÍLIA E APONTA QUE, ATÉ O FINAL DO SÉCULO XX, A PERDA DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SÓ SE APROFUNDOU. POR ÚLTIMO, RESSALTA QUE EXISTEM, NO MOMENTO, DIVERSAS JANELAS DE OPORTUNIDADES PARA A REDINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE, QUE, NO ENTANTO, SÓ SERÃO APROVEITADAS, DE FATO, DO PONTO DE VISTA SOCIOECONÔMICO, SE HOUVER PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS.

PALAVRAS-CHAVE: RIO DE JANEIRO; ECONOMIA REGIONAL; PLANEJAMENTO

ABSTRACT: THIS ARTICLE RECALLS THE HISTORY OF RIO DE JANEIRO AS A BRAZILIAN NATIONAL CENTER, AND HIGHLIGHTS THAT DESPITE THE CITY AND THE STATE'S LOSS OF PARTICIPATION IN FAVOR OF THE ECONOMY OF THE STATE OF SÃO PAULO, THE REGION PRESENTED, UNTIL 1960, AN ECONOMIC DYNAMISM WHICH WAS CLOSE TO THAT OF THE COUNTRY. THIS ARTICLE DEMARCATES A SOCIOECONOMIC CRISIS IN THE REGION, BEGINNING WITH THE TRANSFER OF THE FEDERAL CAPITAL TO BRASÍLIA, AND ALSO POINTS OUT THAT, UNTIL THE LATE TWENTIETH CENTURY, THE LOSS OF ECONOMIC PARTICIPATION OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO ONLY DEEPENED. FINALLY, IT EMPHASIZES THAT AT PRESENT THERE ARE SEVERAL WINDOWS OF OPPORTUNITIES FOR ECONOMIC REVITALIZATION OF RIO'S TERRITORY, WHICH, NOTWITHSTANDING, WILL ONLY BE USED IN FACT, FROM A SOCIOECONOMIC POINT OF VIEW, IF THERE IS PLANNING AND POLICY COORDINATION.

KEYWORDS: RIO DE JANEIRO; REGIONAL ECONOMY; PLANNING.

MAURO OSORIO, ECONOMISTA; DOUTOR EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PELO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ; PROFESSOR DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO-FND DA UFRJ; E COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE O RIO DE JANEIRO, VINCULADO AO PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES, DA FND/UFRJ.

MARIA HELENA VERSIANI, HISTORIADORA; DOUTORA EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; PESQUISADORA DO MUSEU DA REPÚBLICA; E PESQUISADORA DO OBSERVATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE O RIO DE JANEIRO, VINCULADO AO PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES, DA FND/UFRJ.

A cidade do Rio de Janeiro se constrói hegemonicamente como um espaço de articulação nacional, inicialmente derivando o seu dinamismo econômico-social do fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, de ser a Capital da República e centro cultural, político e econômico do País – como sede do Poder Executivo, centro financeiro

nacional e sede de empresas públicas e privadas, que atuam no território brasileiro e mesmo latino-americano.

Nessa trajetória, o conjunto da cidade e do antigo estado do Rio de Janeiro apresentou, até o início do século XX, o maior Produto Interno Bruto (PIB) do País, como também

Porém o Rio – concentrando serviços sofisticados, com o núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo o portal dos visitantes nacionais e estrangeiros, e alimentado por contínuas e crescentes injeções de gasto público – parecia ter assinado um pacto com a eterna prosperidade.

Além disso, o antigo estado do Rio de Janeiro – considerado por Lysia Bernardes (1964) uma região polarizada pela cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista econômico – era cenário de investimentos federais, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Fábrica Nacional de Motores, da Companhia Nacional de Álcalis e da Refinaria Duque de Caxias, investimentos estes cujas decisões locais estiveram relacionadas à proximidade com a antiga Capital Federal e à existência de uma tendência dominante no governo central a favor da realização de um contraponto no País ao predomínio econômico paulista.

Assim, indicadores relativos ao PIB dos estados e regiões do Brasil apontam que, nos anos 1950, o território

AS DÉCADAS DE 1920 A 1960 FORAM DE PROSPERIDADE E DE ACUMULAÇÃO DE PRESTÍGIO NO RIO DE JANEIRO. A CIDADE DESDOBROU-SE EM NOVOS COMPORTAMENTOS E DIMENSÕES.

o maior parque industrial. Porém, a partir de dados do censo de 1919, verifica-se que o PIB industrial do estado de São Paulo ultrapassou o somatório do PIB industrial carioca e fluminense, passando a liderar o processo de crescimento econômico brasileiro (IBGE – Censo Industrial).

No entanto, apesar da região apresentar uma contínua perda de posição relativa, comparativamente ao estado de São Paulo, no correr de todo século XX, entre 1920 e 1960, o dinamismo de nossa região se manteve próximo ao da média nacio-

nal. Isto se deve ao fato de, embora perdendo continuamente posição relativa no cenário industrial da economia brasileira, o antigo Distrito Federal, como sede do poder, continuar a atrair e gerar investimentos nesse período. Carlos Lessa (2000, p.237-238) pontua essa questão:

As décadas de 1920 a 1960 foram de prosperidade e de acumulação de prestígio no Rio de Janeiro. A cidade desdobrou-se em novos comportamentos e dimensões. (...) O Rio urbanizou-se em sintonia com esses novos tempos. Cabe sublinhar que foi sendo secundarizado, em termos de produção industrial, em relação a São Paulo. Desde a Primeira Guerra Mundial, São Paulo lidera a produção industrial e, apesar de crescer, o Rio vê a distância relativa das respectivas bases industriais ser ampliada, para não lembrar a espantosa diferença no campo agrícola.

que abrange a atual região Fluminense como um todo apresentava um crescimento médio percentual de 6,6% ao ano, bastante próximo ao da região Sudeste, de 6,7% ao ano e, também, ao total do Brasil de 7,1% ao ano (PA-CHECO, 1998, p. 69).

Mudança da Capital Federal para Brasília e crise econômico-social no Rio de Janeiro

A partir de 1960, no entanto, com a transferência da Capital Federal para Brasília, os territórios carioca e fluminense, por derivarem o seu dinamismo econômico centralmente do fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido a Capital do Brasil por quase duzentos anos, passaram a sofrer um processo de erosão de seu dinamismo econômico-social. Isso levou a economia do estado do Rio, principalmente a partir dos anos 1970, quando se consolida a transferência da Capital Federal, a apresentar expressiva perda de participação no PIB nacional. Entre 1970 e 2011, o estado do Rio apresentou a maior perda de participação no PIB nacional entre todas as unidades federativas, de 33,2%. Nesse período, a participação da economia fluminense no PIB nacional passou de 16,7 %, em 1970, para 11,2%, em 2011 (IBGE, 2013).

Essa trajetória se desdobrou ainda no fato de que, entre 1985 e 2013, o estado do Rio de Janeiro tenha apresentado um crescimento do emprego formal de apenas 71,5%, contra um crescimento de quase o dobro no total do País, de 138,9% (MTE, 2013). Nesse período, o crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro foi o menor entre todas as unidades federativas brasileiras.

Na mesma direção, em ter-

mos de empregos formais na indústria de transformação, entre 1985 e 2013, o estado do Rio de Janeiro passou da 2ª posição, atrás apenas do estado de São Paulo, para a 6ª posição, tendo sido ultrapassado pelos estados de Minas Gerais; Paraná; Rio Grande do Sul; e Santa Ca-

estado do Rio de Janeiro foi de apenas 70,6%, contra um crescimento no total do País de 106,6% (RAIS/MTE). Isso manteve o estado do Rio com o menor crescimento entre todas as unidades federativas.

A trajetória pós-1960 do Rio de Janeiro foi influenciada

A PARTIR DE 1995, APESAR DA AMPLIAÇÃO DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO EM ALTO-MAR E DA CHEGADA DAS PRIMEIRAS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS NO MÉDIO PARAÍBA, O ESTADO DO RIO MANTEVE UM DINAMISMO ECONÔMICO EXTREMAMENTE BAIXO

tarina. Quanto ao número de empregos formais no total de atividades econômicas, o estado do Rio de Janeiro também foi ultrapassado, no mesmo período, pelo estado de Minas Gerais, caindo da 2ª para a 3ª posição entre as unidades federativas brasileiras. Como a estrutura produtiva do estado do Rio, nesse processo de perda de participação na economia nacional, a economia fluminense perdeu densidade, ficando em boa medida “oca”; houve uma diminuição de sua base econômica para arrecadação, o que, em 2004, levou o estado de Minas Gerais a ultrapassar o Rio de Janeiro em termos de arrecadação de ICMS (Confaz/MF), cenário que permanece até os dias atuais.

A partir de 1995, apesar da ampliação da extração de petróleo em alto-mar e da chegada das primeiras montadoras de automóveis no Médio Paraíba, o estado do Rio manteve um dinamismo econômico extremamente baixo, vis-à-vis às demais unidades federativas brasileiras. Por esse motivo, entre 1995 e 2013, o crescimento do emprego formal no total de atividades econômicas no

estado do Rio de Janeiro foi de apenas 70,6%, contra um crescimento no total do País de 106,6% (RAIS/MTE). Isso manteve o estado do Rio com o menor crescimento entre todas as unidades federativas. A trajetória pós-1960 do Rio de Janeiro foi influenciada também pelo fato de, nos territórios da Guanabara e do antigo estado do Rio, entre 1960 e 1974, e no novo território fluminense, a partir da fusão em 1974, não se ter conseguido lograr, do ponto de vista da formulação e da constituição de uma hegemonia política, a elaboração e execução de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento econômico-social que enfrentasse a ruptura ocorrida, nos anos 1960, com a transferência da Capital.

Para a ausência de uma estratégia consistente de fomento ao desenvolvimento regional do Rio, contribuiu o fato de os cariocas e fluminenses só terem se dado conta das consequências da mudança da Capital Federal para Brasília a partir da década de 1980, no bojo da crise econômico-fiscal que então se instaurou no País a partir do segundo choque do petróleo e da brutal elevação das taxas de juros na economia internacional, o que jogou o Brasil em uma estagnação econômica. Tal quadro de estagnação atingiu particularmente o estado do Rio de Janeiro, pela presença de órgãos federais e peso do gas-

to público federal na região.

Essa demora na percepção dos cariocas e fluminenses em relação às perdas econômicas advindas da mudança da Capital para Brasília derivou do fato de a transferência da Capital ter ocorrido de forma lenta, só consolidando-se nos anos 1970 e, também, do fato de ter ocorrido um forte dinamismo econômico no Brasil, entre 1968 e o final da década de 1970, o que ‘mascarava’ o processo de perda já em curso.

Por outro lado, contribuiu também para essa demora de percepção e para a não constituição de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico-social regional, a história de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro e de sua região de influência, fazendo com que, mesmo até os dias atuais, os hábitos e as atenções sociais nela construídos voltem-se fundamentalmente para a temática nacional. Arnaldo Niskier, no trabalho denominado Rio Ano 2000, pontuou essa questão afirmando que o fato de a história da cidade de São Sebastião ter muitas vezes se confundido, durante quase dois séculos, com a história do Brasil fez com que a vivência dos problemas nacionais, no Rio, reduzisse “a pálidos reflexos os problemas locais. [Assim,] depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia de si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado” (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970, p. 15).

Essa particular preocupação, no estado do Rio de Janeiro, com os temas nacionais vis-à-vis aos locais, até os dias de hoje, pode ser verificada pelo fato de que – a despeito de trabalhos isolados de qualidade sobre a economia regional – nos sites

dos programas de Mestrado e Doutorado em Economia das Universidades existentes no estado do Rio de Janeiro, excetuando-se o importante Programa de Pós-Graduação da Universidade Candido Mendes de Campos dos Goytacazes, não constam programas de pesquisa oficiais permanentes em Economia Regional. Isto ao contrário do que ocorre em outras regiões brasileiras, como São Paulo e Minas Gerais, onde existe uma significativa presença de pesquisas e publicações no campo da Economia Regional.

Por último, a decadência econômico-social pela qual passaram a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro e, a partir de 1974, o novo estado do Rio de Janeiro, teve uma terceira causa, no âmbito da política.

Nos anos 1960, após o golpe de 64 e o subsequente processo de cassações, um político conservador e populista denominado Chagas Freitas assumiu, com o apoio dos militares, a hegemonia política na Guanabara e, posteriormente, com a fusão, na totalidade do estado do Rio de Janeiro. A partir de então, instituiu-se, na cidade e no estado do Rio de Janeiro como um todo, uma lógica política particularmente clientelística e desestruturadora do setor público na região, instaurando-se um “círculo vicioso” na área.

A título de um exemplo, entre outros, esse quadro de decadência econômica e de desestruturação da máquina pública do Rio de Janeiro evidencia-se nos dados divulgados pelo Ministério de Educação relativos ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede pública. Em um ranking realizado para o ano

de 2011 (último ano com dados divulgados), nenhum dos 92 municípios fluminenses apareceram entre os 500 primeiros colocados entre 1.641 municípios da região Sudeste analisados. Nesse ranking, o município melhor colocado foi Trajano de Moraes, na 503ª posição, enquanto Campos dos Goytacazes – apesar de receber royalties e de ter uma receita pública per capita de R\$ 5.003,75 no ano de 2012 – últimos dados disponíveis –, contra uma receita pública per capita no conjunto do estado do Rio de Janeiro e no Sudeste de, respectivamente, R\$ 2.427,43 e R\$2.372,29 – ocupou a última posição entre todos os 1.641 municípios da região Sudeste (STN, 2012).

Estado do Rio de Janeiro no século XXI

A partir de período recente, o estado do Rio de Janeiro começou a se beneficiar de novos recursos e investimen-

tação da infraestrutura e do setor público existente no âmbito regional do estado do Rio de Janeiro.

Dados que evidenciam tal realidade mostram, por exemplo, no campo econômico, que o emprego com carteira assinada na indústria de transformação apresentou uma evolução, entre 2012 e 2013, no conjunto do estado do Rio de Janeiro, no interior fluminense e na periferia metropolitana (todos os municípios da região metropolitana menos a cidade do Rio de Janeiro), de apenas, respectivamente, 1,1%; -1,8%; e 0,5%, contra um crescimento no Brasil de 1,8% (RAIS/MTE). Na cidade do Rio de Janeiro, esse crescimento foi um pouco mais elevado, de 3,8%, impactado positivamente pela existência de melhor infraestrutura e pela chegada à cidade de investimentos no setor da indústria de transformação, como os ligados à indústria naval.

Na mesma direção, de

Gerais de, respectivamente, 10,8% e 4,9% (IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física), o que tem relação com a diminuição da produtividade da Bacia de Campos.

No campo social, os desafios que se mantêm no estado do Rio de Janeiro podem ser vistos, por exemplo, quando, de acordo com os últimos dados disponíveis do Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), do Ministério da Saúde, de 2011, o estado do Rio aparece apenas na 25ª posição entre todos os estados brasileiros e, de acordo com dados do Ministério da Educação, de 2011, relativos ao ensino médio público, aparece apenas na 15ª posição.

Da mesma forma, quando analisamos dados sobre a juventude, com base no Censo de 2010, do IBGE, verificamos que, no estado do Rio, ainda existe um percentual absurdamente alto de jovens, entre 18 e 24 anos de idade, sem estudar nem trabalhar, de 28,96%, o que totaliza escandalosos 518.612 jovens no conjunto do estado.

No que diz respeito à situação do setor público no âmbito regional, registre-se, por exemplo, a situação da Fundação Ceperj, órgão que, em tese, destina-se à organização de bases de dados e à qualificação de servidores públicos e que possui apenas um único estatístico em seus quadros.

Para o enfrentamento desses e demais desafios, o estado do Rio de Janeiro vislumbra, nas próximas décadas, uma série de janelas de oportunidades. No campo econômico, as maiores possibilidades estão em torno do que denominamos de: complexo de petróleo e gás; complexo da economia da saúde; complexo da construção civil;

PARA O ENFRENTAMENTO DESSES E DEMAIS DESAFIOS, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO VISLUMBRA, NAS PRÓXIMAS DÉCADAS, UMA SÉRIE DE JANELAS DE OPORTUNIDADES.

tos, pela ampliação da receita de royalties, pela ampliação dos investimentos na Bacia de Campos e pela chegada de novas montadoras automobilísticas no Médio Paraíba. Também contribuiu para a ampliação de investimentos a melhora nas relações federativas, na ambiência de negócios, e alguma melhora na área de segurança pública, a partir de 2007.

Isto, no entanto, não foi bastante para gerar uma reversão definitiva da trajetória de crise econômica e de de-

acordo com dados sobre a produção física do conjunto da indústria de transformação, o estado do Rio de Janeiro apresentou, entre 2006 e 2013, um crescimento de apenas 6,0%, contra um crescimento no conjunto do País, em São Paulo, e em Minas Gerais de, respectivamente, 10,7%; 10,0% e 11,8%. Mesmo na indústria extrativa mineral, o estado do Rio de Janeiro apresentou, nesse período, uma queda de -6,0%, contra um crescimento no Brasil e em Minas

complexo da economia e inovação na área de defesa; e complexo do turismo, esporte, entretenimento, cultura e mídia.

Na área do petróleo e gás, as perspectivas para o estado e a cidade do Rio de Janeiro, no momento, são excelentes, tendo em vista as novas descobertas de campos petrolíferos no litoral brasileiro, principalmente do estado do Rio e demais estados litorâneos da região Sudeste: São Paulo e Espírito Santo. Essas descobertas geram uma ampliação de investimentos em torno do complexo vinculado à extração de petróleo e gás. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2014), os investimentos estimados para o período entre 2014 e 2016 estão em torno de R\$ 235,6 bilhões. Para os anos seguintes, a previsão é a de amplificação desses investimentos. Isto porque as novas descobertas prospectam uma nova escala de produção para atividades em torno desse complexo, em áreas como: equipamentos para extração de petróleo; projetos de engenharia; indústria naval e de navieças; produção siderúrgica para equipamentos; e inovação tecnológica. Haverá ainda largas oportunidades em torno do denominado subsea, que são todos os equipamentos que ficarão assentados na areia no fundo do mar, tendo em vista que a tendência na exploração do pré-sal é diminuir a importância das plataformas e ampliar a presença de equipamentos no fundo do mar.

Além disso, diversos desenvolvimentos relacionados à inovação tecnológica nesse complexo geram tecnologias híbridas, que podem vir a ser utilizadas não só na extração de petróleo, mas, também, na geração de outras fontes

de energia e em outras atividades.

É o caso, por exemplo, das descobertas tecnológicas desenvolvidas em um tanque oceânico, construído com patrocínio da Petrobras no campus da UFRJ, que já permitiu a geração de tecnologia para obtenção de energia através das ondas do mar. Outro exemplo é a utilização da tecnologia de 3D, desenvolvida para visualizar o fundo do mar, também na área de cinema e vídeo, que apresenta forte concentração e dinamismo, no momento atual, na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, visando obter, de fato, benefícios para o estado do Rio de Janeiro em torno do complexo de petróleo e gás, é importante entender que não bastam, no campo econômico, políticas horizontais de ambiência de negócios. É fundamental estabelecer uma coordenação pública, em parceria com o setor privado, universidades e centros de pesquisa e demais setores da sociedade civil, para o desenho e a execução de políticas setoriais de encadeamentos em torno desse complexo. Caso contrário, ocorrerá um forte vazamento dos investimentos para São Paulo, tendo em vista o parque industrial que lá já está instalado.

De fato, as demandas industriais que dependam de plantas já instaladas em São Paulo provavelmente crescerão por lá. No entanto, com a nova escala do pré-sal e a política de conteúdo nacional do Governo Federal – caso esta política seja mantida no governo que terá início em 2015 –, uma importante quantidade de produtos industriais e de serviços, que podem ser atraídos para o estado do Rio de Janeiro, passará a ser produzida no País.

No campo da economia da saúde, deve-se lembrar de que o estado do Rio de Janeiro possui em torno de 12% da produção farmacêutica do País, sedia importantes instituições como a Fiocruz e o Instituto Vital Brasil – que têm se beneficiado da ampliação de investimentos – e tem larga tradição na pesquisa científica nessa área. Dessa forma, um aprimoramento da política setorial na área pode, de fato, contribuir para o adensamento da estrutura produtiva fluminense.

No que diz respeito ao setor da construção civil, o Brasil apresentará um importante crescimento nos próximos anos. Em primeiro lugar, pelas enormes carências ainda existentes em infraestrutura portuária, aeroportuária, ferroviária e em áreas como a dos serviços de água e esgoto. Tal crescimento ocorrerá também pelo déficit de moradias ainda existente no Brasil; pelos programas que o Governo Federal tem implantado, com maior agressividade, de produção e oferta de moradia popular; e pelo fato de que o crédito imobiliário no País começou a apresentar maior crescimento apenas a partir do início do século XXI, sendo que, de acordo com dados do Banco Central, ainda temos, em 2014, uma relação crédito imobiliário/PIB de apenas 8,94%, bastante baixa para os padrões internacionais.

Dessa forma, também o complexo vinculado à construção civil representa uma janela de oportunidades para o estado do Rio de Janeiro, tanto porque a região já produz insumos para essa área, através de empresas como as vinculadas ao Grupo Gerdau, e, principalmente, pelas atividades produtivas que podem ser atraídas para a região, com base no desenho

de uma estratégia e planejamento.

Com relação ao que denominamos como complexo da economia e inovação no campo da defesa, devemos lembrar que diversos centros de pesquisa das Forças Armadas estão instalados no Rio de Janeiro. Além disso, um estaleiro nuclear está em fase de construção, em Itaguaí, e o Exército pretende criar um novo centro de pesquisa em Guaratiba. Nesse sentido, parece-nos interessante a constituição de um grupo de trabalho, com participação de universidades, do poder público e de entidades empresariais, para a definição de uma política setorial vinculada a essa área.

Por último, na esfera econômica, deve-se priorizar também a organização de uma estratégia e de políticas de fomento às atividades vinculadas ao que podemos denominar de complexo do turismo, esporte, entretenimento, cultura e mídia. As potencialidades da cidade e do estado do Rio de Janeiro nessas atividades são claras.

No entanto, ao analisarmos, por exemplo, os dados referentes ao emprego gerado na atividade turística, através da RAIS/MTE, verificamos que o turismo só é relevante para a economia municipal nos municípios fluminenses de Armação dos Búzios, Parati e Itatiaia. Ou seja, é necessário organizar uma estratégia para este complexo, bem como para todos os demais que se destacam como atividades indutoras no estado do Rio de Janeiro, contemplando políticas setoriais e de infraestrutura. Um exemplo é a necessidade da efetiva despoluição da Baía de Guanabara, projeto que se arrasta desde os anos 1980, sem resultados efetivos até os dias atuais.

Assim, para a efetiva geração de um círculo virtuoso no estado, com base nas janelas de oportunidades existentes, é necessária a implantação de uma política de infraestrutura e de adensamento da estrutura produtiva e a organização de uma coordenação de políticas na área social. No entanto, a questão do planejamento continua basicamente ausente no estado do Rio de Janeiro, seja no âmbito do Governo do Estado seja no âmbito das Prefeituras, e este é um desafio central em uma estratégia de desenvolvimento para o Rio.

É necessário, por exemplo, transformar a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro – que hoje é basicamente uma Secretaria de orçamento e de gestão de pessoal – e estimular a criação, nas Prefeituras, de áreas de planejamento que funcionem de fato, incluindo a organização de bases de dados e de indicadores relativos aos municípios.

Na organização dessa cultura de planejamento, é importante transformar os planos plurianuais em instrumentos de fato, e buscar uma integração entre os planos plurianuais do Governo do Estado e das Prefeituras municipais.

A valorização do planejamento pode também evitar uma fragmentação de políticas e permitir melhor coordenação, preocupação esta colocada pelo professor Wilson Cano (1985, p. 47):

Na maior parte dos casos, os grandes problemas nacionais são tratados de forma isolada (...). Assim, são feitos estudos e proposições sobre a questão [funditária], urbana, regional, saneamento, habitação, e outros. (...) Alguns autores parecem não se dar conta de que estão tentando solucionar problemas par-

ciais sem levar em conta o fato de que fazem parte de um todo, mais ainda, parecem ignorar que tais problemas comumente se originam em outra área do campo social que pode, inclusive, imprimir-lhe uma dinâmica própria.

NOTAS

- 1- SOBRE O ASSUNTO, VER LESSA, 2000.
- 2- EM 1974, OCORREU A FUSÃO ENTRE O ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A ENTÃO GUANABARA, FORMANDO-SE O ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM A CIDADE DO RIO TORNANDO-SE A SUA CAPITAL. POR ESSE MOTIVO, AO SER COMPARADO O PESO DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM O DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL, ENTRE 1970 E 2011, USOU-SE, PARA O ANO DE 1970, O SOMATÓRIO DOS PIBs CARIOCA E DO ANTIGO ESTADO DO RIO.
- 3- DADOS SOBRE EMPREGO FORMAL CONSTANTES DA SÉRIE MAIS LONGA DISPONIBILIZADA PELA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS-RAIS/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE, 2013).
- 4- SOBRE O CONCEITO DE CAPITALIDADE, VER OSORIO, 2005.
- 5- SOBRE ESSE ASSUNTO, VER OSORIO, 2005 E VERSIANI, 2007.
- 6- SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA LÓGICA POLÍTICA NO DINAMISMO ECONÔMICO DE UMA DETERMINADA REGIÃO, VER NORTH, 1993 E PUTNAM, 1996.
- 7- NA ANÁLISE SOBRE A NÃO CONSOLIDAÇÃO DE UMA REVERSÃO DA TRAJETÓRIA DE CRISE ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PRIVILEGIAMOS OS DADOS INDUSTRIAIS, POIS OS MAIORES INVESTIMENTOS OCORRIDOS NO ESTADO FORAM NESSE CAMPO. ALÉM DISSO, QUANDO TRATAMOS DE ECONOMIA REGIONAL, TEMOS QUE VER AQUELAS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE PODEM SER INDUTORAS, OU SEJA, QUE SE DESTINAM NÃO SÓ A PRODUIR PARA A VENDA DENTRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MAS TAMBÉM PARA VENDA EM OUTRAS REGIÕES BRASILEIRAS E OUTROS PAÍSES. POR ÚLTIMO, DEVEMOS LEMBRAR QUE A ATIVIDADE INDUSTRIAL GERA EFEITOS PARA TRÁS E PARA FRENTE, SEJA NA COMPRA DE INSUMOS, SEJA NA DEMANDA DE SERVIÇOS, ALÉM DE, MESMO NO QUADRO DA TERCEIRA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, CONTINUAR SENDO A ATIVIDADE QUE MAIS GERA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.
- 8- SOBRE O ASSUNTO, VER OSORIO;

SOBRAL, 2013.

Referências Bibliográficas

- BERNARDES, L. M. C. (Coord.). O Rio de Janeiro e sua região. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1964.
- CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Global Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Decisão Rio - Investimentos 2014-2016. Disponível em: <<http://www.decisaorio.com.br/downloads-1/>>.
- GUANABARA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Comissão do ano 2000. Rio de Janeiro, 1970.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>>.
- LESSA, C. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MATTOS, I. R. O Tempo Squarema. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Brasília: MTE, 2013. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.
- NORTH, D. C. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OSORIO, M. Percursos Socioeconômicos do Rio de Janeiro. Seminário de Pesquisa, site do IE/UFRJ, 2013 (<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-pesquisa/index-seminarios-da-pesquisa/seminarios-de-pesquisa-2013>).

OSORIO, M. Rio local, Rio Nacional: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSORIO, M.; SOBRAL, B. (Coord.). A capacidade industrial dos serviços no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sebrae, 2013 (relatório de pesquisa).

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. Rio de Janeiro and the 2016 Olympics - a lasting legacy?. International Journal of Urban Sustainable Development, v. 6, p. 1-5, 2014.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do estado do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense (Fundação CEPERJ), n. 2, julho. 2013.

PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: STN, 2012. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>.

VERSIANI, M. H. Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

Editor-chefe**Rodrigo Machado Vilani**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial**Angela Moulin Simões Penalva Santos**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Christian Luiz da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Denise Cunha Tavares Terra

Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF

Edna Maria Ramos de Castro

Universidade Federal do Pará – UFPA

Frédéric Jean Marie Monié

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Helder Queiroz Pinto Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Isa de Oliveira Rocha

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Jeroen Johannes Klink

Universidade Federal do ABC – UFABC

João Figueira de Sousa

Universidade Nova de Lisboa – UNL

João José de Assis Rangel

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

José Gutman

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

José Luis Vianna

Universidade Federal Fluminense – UFF

Lia Valls

Fundação Getúlio Vargas - FGV

Luciano Dias Losekann

Universidade Federal Fluminense – UFF

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Universidade Federal do Pará – UFPA

Marília Steinberger

Universidade de Brasília - UnB

Paulo Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rodrigo Anido Lira

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Rodrigo Valente Serra

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ)

Rosana Baeninger

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Rosélia Piquet

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Silvia Gorenstein

Universidade Nacional del Sur – Argentina

Suzana Quinet de Andrade Bastos

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Vera Lucia Alves França

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Yann Fournis

Université du Québec à Rimouski - UQAR

Yves Fauré

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical**Maria Marta Garcia de Assis Rangel**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica**Daniel Souza Caldas**

Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo Editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees. The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas)
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:
boletim@ucam-campos.br